

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
Nº 0004/AM/17, de 14/09/2017**

Aos catorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Narciso Ferreira Mota, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Michäel da Mota António, Pedro Francisco Pires Brillhante, Maria Teresa Nascimento Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Felismino Carreira, José dos Santos Neves, Manuel Simões Rodrigues Marques, Odete Marise dos Santos Alves, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Jorge Manuel Gonçalves da Silva, Vítor da Conceição Gomes, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Cristina Rodrigues, António Roque, Maria Emília da Conceição Brito, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, Jorge Rodrigues das Neves, Fernando Rodrigues Matias, Sílvio da Mota, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Nelson da Silva Pereira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, Manuel José Carreira Serra, Manuel Henriques Nogueira de Matos, Ilídio Manuel da Mota, Sandra Cristina Costa Barros e Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:**

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23/06/2017;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

**Ponto 2 - Período da ordem do dia:**

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (1.º semestre de 2017) – Para Conhecimento;

Ponto 2.3. Apreciação do Relatório de Auditoria ao Armazém do Município de Pombal n.º 1/2014 de 10/01/2014 - apreciação final, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;



## **MUNICÍPIO DE POMBAL**

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre os encargos na área da Educação – Ano letivo 2017/2018;

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Reconhecimento do Interesse Público Municipal ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais - Decreto Lei n.º 165/2014 - de 05 de novembro: José Maria Mendes;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal;

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Transportes Escolares;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Horários e Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara para desafetação de domínio público municipal para o domínio privado de loteamento na Zona Industrial da Guia;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.11. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dr. Fernando Parreira, Dr.<sup>a</sup> Catarina Silva, Eng.º Pedro Murtinho, Arq.º Renato Guardado, Eng.º Jorge Claro e Dr.<sup>a</sup> Marlene Matias.

Por motivo de falta da 2.<sup>a</sup> Secretária, Paula Cristina Lopes Dias da Silva, o Presidente da Mesa questionou à Assembleia se alguém se opunha a chamar o Deputado José dos Santos Neves para assumir a função de 2.º Secretário, que foi aprovado por maioria, com um voto contra.

Presidiu à sessão Narciso Ferreira Mota como Presidente e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e José dos Santos Neves como 2.º Secretário.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências:

**Eleitos pela lista do PPD/PSD** – João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Paula Cristina Lopes Silva e Abel António Dias Braz, que apresentaram pedidos de justificação para as suas faltas, as quais foram, de imediato, justificadas pela Mesa.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Paula Cardoso, tendo sido chamada a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Maria Adelaide Pereira da Conceição; de Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, António Manuel Cardoso Fernandes, que informou não poder estar presente, tendo sido chamado o cidadão eleito a seguir na lista, respetivamente, Felismino Carreira.

Da Bancada do Partido Socialista:

De Pedro Santos, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Cristina Rodrigues; de Bruno Loureiro tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, António Roque.

O **Senhor Presidente da Assembleia** fez a seguinte intervenção:

*“Quero agradecer a vossa presença nesta nossa última sessão, as quais se realizaram durante quatro anos, espero que estejam todos predispostos a dar o vosso contributo para uma Democracia mais participada, mais autêntica e mais sentida, a bem do concelho e de Portugal. Quero agradecer por aceitarem a presidência desta reunião magna. Espero que esta última sessão do quadriénio nos deixe mais motivados, mais satisfeitos e mais esperançados de que a Democracia em Pombal seja cada vez mais autêntica, mais verdadeira, mais participada e mais aperfeiçoada. Obrigado a todos vós.”*

**Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ***Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23/06/2017.***

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura da ata da última sessão da Assembleia, a qual foi distribuída por todos.

*“É uma ata que está muito bem elaborada, como eu pude verificar, e que transmite fielmente o que se passou na última sessão da nossa Assembleia Municipal.*

**Vítor Gomes**, fez a intervenção que se segue:

*“Queria chamar a atenção para um erro na ata, onde eu digo coação está escrito colação. É diferente.”*

**Colocada a ata da sessão ordinária de 23 de junho de 2017 a discussão, passou-se de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções, por não terem estado presentes na sessão.**

### ***Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.***

O **Senhor Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, passou a fornecer informação sobre o expediente recebido na Mesa da Assembleia Municipal, designadamente:

*“Recebemos o Projeto de Lei do partido Os Verdes, sobre a assistência a banhistas. É assinado pela Senhora Deputada Joana Gomes da Silva. Penso que estou dispensado da sua leitura, se algum dos Senhores Deputados desejar pode pedir uma cópia.*

*Também recebemos uma carta da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República, a acusar a receção e a agradecer a moção, aprovada a 27 de abril, do Partido Comunista Português que condena a retirada de composições de passageiros da linha do oeste.*

*Temos uma carta da Assembleia da República a acusar a receção da moção sobre a solidariedade para com as vítimas dos incêndios e a informar que a mesma foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar, atendendo à matéria em causa. Pelo mesmo motivo recebemos uma carta da Casa Civil do Senhor Presidente da República e outra do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a agradecer o envio da moção.*

*Temos também um abaixo-assinado feito na freguesia do Carriço, que diz o seguinte: “Os abaixo-assinados, residentes na freguesia do Carriço, vêm requerer a vossa excelência a reabertura de um dos centros de saúde na freguesia do Carriço. Os residentes da freguesia do Carriço estão muito indignados pelo encerramento dos dois centros de saúde da freguesia, dado os transtornos que tais encerramentos lhes causaram. Como vossa excelência certamente entenderá, a deslocação das pessoas do Carriço ao Centro de Saúde da Guia, que dista a mais de oito quilómetros, para além de trazer mais despesas para quem lá tem de se deslocar, a idade avançada de alguns utentes são fatores inibidores para as pessoas se deslocarem para acorrerem às suas necessidades de saúde. No sentido da reabertura de um dos centros de saúde encerrados*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*na freguesia do Carriço, anexamos um abaixo-assinado devidamente assinado pelos moradores.” Está assinada por um só utente mas é acompanhada pelo abaixo-assinado. Também temos aqui a terceira manifestação contra a poluição do rio Tejo e dos seus afluentes. Isto vem de uma instituição chamada PROTEJO, movimento pelo Tejo, que está disponível para consulta dos Senhores Deputados.”*

### **Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.**

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes membros:

**Pedro Pimpão**, fez a intervenção que se segue:

*“Sendo esta a última Assembleia Municipal, queria, naturalmente, agradecer o contributo que todos deram nas discussões que aqui tivemos ao longo dos últimos quatro anos, acho que, no cômputo geral, demos um bom contributo para o desenvolvimento do nosso território. A verdade é que, ao entrarmos no edifício desta Câmara Municipal e vemos o elencar de todas as distinções do desempenho do Município, nós fazemos parte desse bom desempenho. Os meus parabéns à Câmara Municipal, a todos os Senhores Vereadores, ao Senhor Presidente e a todos os colaboradores desta instituição pelos resultados obtidos. Hoje estamos melhor, isso é muito positivo.*

*Eu queria falar na qualidade de membro representante deste órgão na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, falo em meu nome e em nome da Teresa Silva, da Maria Emília, da Adelaide Conceição e da Paula Cardoso que integram a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Ao longo destes quatro anos, o trabalho da CPCJ foi discreto, mas creio que este mandato ficará para a história, porque toda a gente sabe que foi um mandato especial, que começou com um sonho da então Presidente Conceição Vicente, que nos desafiou a alinhar no projeto Tecer a Prevenção, com a colaboração do Município, que tinha como objetivo criar um plano local de promoção e proteção dos direitos da crianças e jovens. Esse sonho, que ao início era difícil de concretizar, porque é um trabalho árduo e exigente, mas que ganhou mais força ainda quando, infelizmente, a Conceição Vicente deixou de estar entre nós. Hoje temos este documento que foi elaborado com o empenho de todos os membros da CPCJ, com os vários grupos de trabalho que foram criados, com o autodiagnóstico que foi feito, com a análise e definição de eixos de intervenção daquilo que deve ser a promoção dos direitos das crianças e jovens do nosso concelho. Este trabalho é muito útil, que eu convido todos a ler e a refletir. Creio que concretizámos este sonho, demos o nosso humilde contributo para que fosse possível, em julho tivemos uma sessão pública de apresentação das várias conclusões. Eu queria deixar uma nota de louvor a todas as pessoas que se empenharam na concretização deste documento, e também uma nota muito especial para as pessoas que fazem parte da CPCJ, e para quem no futuro vier a fazer parte, para que continuem este trabalho, que hoje fica com mais uma ferramenta.”*

**Odete Alves**, fez a intervenção que se segue:

*“Queria dizer que foi uma enorme honra pertencer a este órgão, foi um prazer partilhar ideias com todos os membros desta Assembleia, posso dizer que me despeço com o sentimento de ter cumprido o compromisso que assumi no dia da tomada de posse, ou seja, cumpri com lealdade as funções que me foram confiadas. Fi-lo sempre não no meu interesse, mas no interesse superior dos pombalenses.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Queria agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, e dizer-lhe que penso que apesar das tormentas e dos icebergues que apanhou pelo caminho, sai deste mandato com alguns rombos no casco, mas penso que conseguiu dirigir os trabalhos com lucidez, com isenção e tratando as bancadas com igualdade, portanto, só tenho a agradecer o seu trabalho.*

*Em relação ao Senhor Presidente da Câmara, que começou este mandato dando-nos respostas e sendo bastante esclarecedor, muitas vezes indo além do que lhe era perguntado, fê-lo de forma exemplar no início do mandato, mas rapidamente se foi revelando. Rapidamente percebemos que, quando se chegava às perguntas mais incómodas, tentava fugir às respostas. Muitas vezes mandava-nos ir ouvir as gravações das reuniões de Câmara, chegando a pedir que formulássemos por escrito as perguntas, às quais responderia também por escrito, esquecendo-se da função deste órgão. É neste órgão que as perguntas têm que ser feitas e é neste órgão que as respostas têm de ser dadas. É este o papel principal do órgão Assembleia Municipal, a função fiscalizadora. A certa altura até senti algum desprezo por parte do Senhor Presidente da Câmara pelo papel que esta bancada tinha nesta Assembleia. Em algumas vezes, mais para o final do mandato, notou-se algum nervosismo do Senhor Presidente da Câmara fruto, provavelmente, deste período eleitoral que atravessamos. Chegou ao ponto, de por vezes, ser deselegante para com alguns membros desta Assembleia. Acho que todos nós nos lembramos das carrascas do pinheiro e das senhoras que se despem na Rússia em manifestações. Ou seja acontecia-lhe aquilo que o meu camarada e amigo Vítor Gomes diz, fugia-lhe o pé para o chinelo. Isso aconteceu algumas vezes. Queria deixar esta nota, em jeito de breve resumo do que se passou nestes quatro anos de mandato. Já que estamos em balanço, eu vou aproveitar esta minha última intervenção para dizer que tive conhecimento de um diagnóstico social do concelho que foi elaborado pelo núcleo executivo do CLAS e que me deixou extremamente preocupada. Traça um retrato social do concelho que a todos deve preocupar e que é revelador da governação que foi feita ao longo destes anos. É importante que os pombalenses conheçam este retrato social e que saibam o que é que se passa no nosso concelho a nível social. O que eu posso perguntar aos pombalenses é se sabem que nos últimos 10 anos Pombal apresentou um decréscimo populacional, enquanto que os outros concelhos do Pinhal Litoral apresentam um acréscimo, que nos últimos anos houve um decréscimo da taxa bruta de natalidade, que nos últimos anos teve um decréscimo da taxa de natalidade e que teve um crescimento natural negativo, ou seja, os nascimentos não foram suficientes para compensar os óbitos, que entre 2001 e 2011 Pombal perdeu 1082 habitantes, com especial incidência nas freguesias do sul, Louriçal e Abiul, que nos últimos anos o peso da população jovem diminuiu e o da população idosa aumentou, que entre 2011 e 2013 houve um decréscimo da população jovem residente de 529 jovens, é o concelho que apresenta a maior taxa de envelhecimento da população quando comparado com outros concelhos da região do Pinhal Litoral, e que por cada 100 jovens existem 177 idosos, temos uma população extremamente envelhecida e com tendência para o envelhecimento, as freguesias de Abiul, Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, Vila Cã, Redinha e Almagreira são as que registam uma maior taxa de envelhecimento, ainda há carências sociais na rede pública, designadamente nas estruturas residenciais para pessoas idosas, aquilo a que nós chamamos “internamento”, e que as freguesias das Meirinhas e da Redinha nem sequer têm esta resposta a nível privado, para estas estruturas verifica-se uma lista de espera muito, muito considerável, verifica-se o isolamento e a solidão dos idosos, numa taxa de cerca de 60%, o que é dramático, a violência e a insegurança das pessoas idosas também é um problema, existem problemas na mobilidade e acessibilidade para os idosos, existem carências no apoio às pessoas com deficiência, um dado preocupante é que entre 2003 e 2015 os beneficiários de RSI no concelho de Pombal eram*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*sobretudo jovens e adultos em idade ativa, há falta de respostas para os doentes mentais e Pombal apresenta a taxa mais elevada de analfabetismo da região litoral, o número de alunos no concelho de Pombal diminuiu nos últimos anos, temos o exemplo do Centro Escolar de Pombal que tem 4 turmas de ensino pré-escolar mas que só abriu 3 por falta de crianças para as 4 salas, as freguesias de Abiul, Almagreira e Redinha não têm resposta social de creche, a taxa de desemprego situa-se em cerca de 5%, mas a baixa escolaridade e as poucas qualificações profissionais são um problema para o nosso tecido empresarial e falta um ecossistema empreendedor consolidado e com uma rede de transportes adequada ao tecido empresarial que nós temos, é preciso criar condições e incentivos à fixação da população jovem. Eu penso que este diagnóstico social reflete aquilo que nós temos vindo a dizer ao longo do tempo, ou seja, não há uma estratégia de médio/longo prazo para a captação de investimento para gerar riqueza e assim criar postos de trabalho, que é isso que fixa as populações, é isso que tem faltado. O PSD falhou na busca destes objetivos e são os pombalenses que sofrem com estas políticas erradas que foram adotadas ao longo deste tempo todo. Foi extraordinário constatar, apesar de ser uma bandeira deste executivo e ser uma obra prioritária, que a Câmara não tenha pugnado e garantido que no dia 13 de setembro o pólo escolar abria aos alunos inscritos e é lamentável que os pais tenham sido informados no dia 11. Quem passava pela obra via que a obra estava extremamente atrasada, foi pena não terem feito uma dessas visitas que está muito em voga, senão tinha visto que a obra estava atrasada e tinham dado “corda aos sapatos”. A verdade é que nada justifica que o início do ano letivo não tenha começado de forma calma e tranquila para os pais e para os seus filhos e que, entendemos nós, estes processos educativos têm de ser imaculados, não podem haver falhas a este nível. Impunha-se à Câmara Municipal de Pombal que a obra deveria estar pronta e em condições para receber todos os alunos.”*

**José Grilo**, fez a intervenção que se segue:

*“Vou me referir às políticas sociais que este executivo levou a cabo. Reporto-me só a notícias últimas. O que vem ao encontro da necessidade que a comunidade sente e os órgãos dirigentes sentem de proteção das crianças, o Senhor Presidente da Câmara no Dia da Educação defendeu a criação de uma nova rede de creches no concelho de Pombal, fê-lo, penso eu, atento às preocupação da comunidade e a pensar nos programas de atividade escolar, procurando agora uma solução para as crianças a partir dos 3 meses, que é um grupo etário que estava completamente abandonado e que não tem de ser a Câmara a assumir essa responsabilidade, que tem a sua responsabilidade circunscrita ao ensino pré-escolar e 1.º ciclo. Parabéns Senhor Presidente e respetivos colegas do executivo.*

*Quero também dar os parabéns ao Senhor Presidente pelo contributo que deu – isto foi aprovado por unanimidade pela Câmara – para a construção da residencial sénior da Senhora do Cardal, orientado pela Santa Casa da Misericórdia. Fico preocupado quando se confunde uma entidade destas com uma Unidade de Cuidados Continuados. O que se propõe aqui é uma coisa totalmente diferente, é uma residência para as pessoas desavindas com a sorte e que querem ter um fim de vida digno. Este projeto não tem fundos comunitários, pelo que o apoio do Município é de extrema importância, o qual representa cerca de 25% do investimento total. Pombal tem falta de respostas para os idosos e esta atitude mostra a sensibilidade do Município de Pombal para estas questões. Termino, ainda a propósito das políticas sociais deste executivo, citando, para que fique em ata, que desde a educação e ação social, desde o atendimento a casos sociais, desde o apoio escolar, desde o apoio à CPCJ, desde o apoio ao programa comunitário de ajuda alimentar a carenciados, desde a habitação social, consultas no gabinete do serviço social, desde o programa social de dinamização das comissões sociais de freguesia, desde as cooperações institucionais*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*com as instituições que estão no terreno, todo um guia de recursos sociais do concelho de Pombal, mais o Like Saúde, enfim, por todas estas políticas eu cumprimento o executivo.”*

**Jorge Neves**, fez a intervenção que se segue:

*“Eis-nos chegado à última assembleia. A minha experiência na política nunca tinha chegado aqui, porque há trinta anos que não tínhamos um eleito. Acho que fizemos um bom trabalho, se calhar podia ter sido melhor, mas foi o que conseguimos fazer. Trouxemos aqui várias questões relativas à generalidade do nosso concelho, trouxemos questões específicas de moradores, que também têm de ter voz nesta assembleia. Foi uma experiência útil, vamos a ver se continuamos ou não, eu também estou a ganhar experiência. Tenho um colega meu com experiência sindical desde há muito anos e que diz que só custam os primeiros 10 anos, depois é sempre igual. A mim ainda me faltam 6, vamos a ver o que é que sai das eleições, com certeza a composição será muito diferente da atual.*

*Dos problemas que aqui trouxemos, alguns ainda persistem. Esta bancada e o PCP estão solidários com todas as lutas da população para defender os seus direitos, neste caso refiro-me aos centros de saúde que estão a fechar no concelho. Na União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, à qual eu pertença, nuns dias não tem administrativo, noutros não tem médico, noutros não há enfermeiro... é uma confusão. A Saúde está a decair muito. Nós damos o nosso apoio a tudo que a população possa fazer para reverter a situação. Vou-me referir a alguns problemas que ainda estão por resolver, vou reforçar que os abrigos para quem está à espera do Pombus, apesar de já existirem alguns, ainda são insuficientes. Tudo tem um início, espero que seja dado continuidade. O parque da charneca que não avançava por causa do mau tempo, este inverno foi bastante agradável e continua por realizar. A Rua São João de Deus, na localidade de Ponte da Assamaça, até há poucos dias continuava uma lástima, e as ruas adjacentes estão iguais. A lixeira de Albergaria dos Doze continua a estar a céu aberto, de vez em quando é limpa, mas como não é vedada, passado alguns dias está igual. Existe um bairro social lá ao lado, até parece que essas pessoas não importam. Tem de haver uma solução e compete ao poder local resolver isso. A minha porta a curva continua cheia de areia sempre que chove, ainda não está resolvido, apesar do Senhor Presidente me ter dito que já tinha uma solução.*

*Despeço-me assim, desejando que no próximo mês eu e mais alguns ainda cá estejamos.”*

**Ofélia Moleiro**, fez a intervenção que se segue:

*“Muitos de nós somos candidatos nas próximas eleições autárquicas, portanto, aos candidatos quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal desejo uma campanha limpa, democrática, amigável e humana e que decorra em clima de democracia. Que as ganhar, ganha bem, porque foi com o voto dos pombalenses. Alguns de nós voltarão a estar nessa Assembleia, mas, para já, ficam as minhas despedidas a toda a assembleia. Foi um prazer estar ao serviço da comunidade e participar nas grandes decisões do concelho de Pombal.*

*Quero deixar a minha preocupação pessoal, visto que não estou a falar em nome do partido, que como anunciei na última sessão, do qual me desfiliei, que se prende com o setor da educação, em particular no centro educativo de Pombal, que eu presumo que seja extremamente moderno e contemporâneo, custa-me que, tendo sido designado no PDM um espaço próprio para o edifício que pudesse acolher todos os alunos da cidade de Pombal, o executivo tenha seguido um caminho que levou à divisão das nossas crianças, metade para um lado metade para o outro. As duas metades não são iguais, uma metade parece que é de uma maçã podre que ficará em instalações antiquadas e sem as condições que hoje se exigem, e a outra metade terá condições modernas e atuais. Ficamos com crianças divididas, crianças pobres e crianças ricas no sentido educacional*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*do termo. O que também me parece uma decisão muito má para as crianças de Pombal é o que se tem a passado em termos de obras, durante algumas semanas foram colocados estaleiros nas ruas que ladeiam o centro educativo, sem que tenha existido procedimento administrativo para que os cidadãos soubessem que não poderiam circular naquelas ruas e quais eram as vias alternativas. Tenho verificado que existe uma lufa-lufa que pode ser perigosa e quero questionar o Senhor Presidente se esta obra que é feita em horas extraordinárias, noites e fins de semana, para ser acabada à pressa, está a ser feita em condições de segurança e com a qualidade de construção que se pretende para um centro educativo. Tenho conhecimento de que os espaços são pequenos, que havendo turmas de 26 alunos não é possível colocar tanta gente em determinadas salas e vejo que o espaço exterior é muito atravancado com equipamentos recreativos mas com pouco espaço para as crianças. Senhor Presidente, o meu desafio final é que até fim do mandato, à semelhança de outros centros escolares modernos em que todas as crianças têm direito a ele, que nos proporcione uma visita a este centro escolar para esclarecermos estas dúvidas e preocupações, que eu tenho a certeza que organizará muito bem. Alguns pais disseram-me que não está programada nenhuma reunião com encarregados de educação, o que me parece mal. As crianças estão em casa à espera do início das aulas e os seus encarregados de educação não têm qualquer indicação.”*

**António Roque**, fez a intervenção que se segue:

*“Pela primeira vez, e desde 1993 não participei ativamente numa candidatura autárquica. Nesse ano fui eleito para a Assembleia de Freguesia do Louriçal, o senhor Eng.º Narciso Mota ganhou a Câmara de Pombal pela primeira vez e o Dr. Diogo Mateus estava com ele na lista. Passados 24 anos, verifico que “o mundo pula e avança como uma bola colorida entre as mãos de uma criança.” Eu vou me afastar da política e eles vão combater um contra o outro na disputa pela cadeira do poder. Os partidos precisam de se renovar e a renovação no interior dos partidos traz novas ideias e novos projetos. Nunca concordei que uma pessoa se defina como político de profissão, conheço muitos que assim se intitulam, até os compreendo, pois nunca tiveram outra forma de vida. Só espero que os nomes que entraram estejam à altura do cargo para fazerem um Pombal melhor. Nestas autárquicas vou ficar bem sossegado no meu canto para não incomodar ninguém. Espero que os pombalenses tenham o bom senso e o discernimento para efetuar a melhor escolha. Saio da política, pelo menos durante os próximos tempos, com o sentimento de dever cumprido e que os partidos se devem renovar. A política não pode ser uma carreira, mas sim uma missão.”*

**Felismino Carreira**, fez a intervenção que se segue:

*“Eu sou um subalterno, de vez em quando apareço, outras vezes não apareço, por isso não tenho uma intervenção contínua nesta assembleia. No entanto, como esta é a última, parece-me bem que faça esta intervenção em virtude das circunstâncias que se passam na minha freguesia. Quero elogiar e dar os parabéns à Câmara Municipal por estas galardoadas escolas, que são dezanove, e que no dia 27 de setembro vou a Maфра receber o respetivo prémio.*

*O Carriço está a ser cada vez mais marginalizado, o Carriço não merece o que está a ser feito, o Carriço merece, como todas as outras gentes de Portugal, ter o seu centro de saúde, não digo ao pé da porta de casa mas na freguesia. No Carriço já sofremos por não ter médico, eu já tive de me deslocar à Ilha. O médico não se podia deslocar ao Carriço para fazer consultas, tiveram de ser os utentes do Carriço a deslocarem-se. Este paradigma tem de ser mudado.*

*Eu estou à vontade para falar disto porque eu fiz o meu trabalho, escrevi para os Senhores Ministros, tanto o anterior como o atual, ambos me responderam, nomeadamente ??? me mandou para o serviços regionais, só que esses serviços, por inércia ou não, nunca responderam. Eu*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*entendo isto com alguma gravidade, porque neste momento os senhores que estão à frente dos destinos da saúde têm que responder seja de que forma for. Eu lamento porque se eles estão lá a ganhar o dinheiro dos nossos impostos é para resolver problemas e não para criar conflitos.*

*Há uns tempos atrás houve uma manifestação junto ao Centro de Saúde do Carriço, como passado algum tempo se modificaram as circunstâncias políticas, entendo eu, que face a isso a situação se alterasse. E alterou, mudaram as instalações para o Centro de Saúde da Guia. Nós temos de nos deslocar cerca de 8 quilómetros, a população dos Alhais não se desloca 8, desloca-se 10 ou mais quilómetros. O Carriço tem potencialidades para ser tratado de outra forma, o Carriço dá água ao concelho de Pombal, o Carriço dá água à Celbi, o Carriço está a ser ??? daquilo que tem necessidade mas está a “dar de beber” à necessidade dos pombalenses. Parece-me que o Carriço tem que ser servido de outra maneira. Esta Assembleia e nós todos pecámos por inércia ao não combatermos aquilo que nos aconteceu. Só se todos remarmos no mesmo sentido é que conseguimos ter algum êxito. Em conformidade com isto, pretendo, se ainda for possível, dar a volta à situação para que o Carriço tivesse um centro de saúde a funcionar a tempo inteiro. Isso era importante, e é essa a mágoa que eu levo. Aos que voltarem e aos que permanecerem, olhem para o Carriço e vejam a sua potencialidade, façam mais e façam melhor. Nós queremos colaborar com todos e que todos colaborem connosco. Isto é que é o princípio do bom senso, da cooperação e do desenvolvimento.”*

**Emília Brito**, fez a intervenção que se segue:

*“Este mandato foi uma experiência muito gratificante, onde me senti bem recebida e muito respeitada.*

*No âmbito do projeto Potenciação do Sucesso Escolar, pergunta-se se já foi feita alguma análise dos resultados? Existem indicadores que nos permitem verificar a diminuição ou não do absentismo e abandono escolar? Quero deixar um alerta para o analfabetismo no nosso concelho.*

*No âmbito do projeto Cidades Amigas das Crianças, pergunto se foram desenvolvidas ou estão agendadas ações ou eventos que permitam às crianças e jovens serem vistos como sujeitos políticos proporcionando o seu envolvimento em assuntos que as afetam, ouvindo as suas ideias e opiniões, tomando-as em consideração nos processos de tomada de decisão que levam certamente a mudanças positivas no seu comportamento.*

*Numa das minhas intervenções fiz referência ao desfile de Carnaval, e venho, uma vez mais, dizer que me parece importante que o desenho deste projeto deve ser repensado.”*

**Pedro Brillhante**, fez a intervenção que se segue:

*“É com muito gosto que vi a adesão do nosso concelho ao programa Artemrede, um projeto de cooperação cultural, que já conta com 15 municípios do nosso país, ao qual Pombal aderiu e se tornou um membro ativo na promoção cultural no nosso concelho. Como resultado desta parceria surge agora o 1.º Festival Internacional de Marionetas, que é com muito gosto que vemos este tipo de aposta cultural a passar pelo nosso concelho. É com grande entusiasmo que vejo a importância que foi dada à cultura neste mandato, que não podemos dissociar da figura da Vereadora Ana Gonçalves que foi fundamental para que muitos projetos viessem para o nosso concelho. E não sou só eu que o digo, a nossa oposição também o reconhece. Parece-me unânime que Pombal foi muito mais cultural nestes quatro anos do que tinha sido até aqui.*

*Pombal foi, no passado dia 8 de setembro, recebeu o título de município amigo do desporto. Não é que nós precisássemos de uma distinção para o saber, mas é sempre importante ver os outros a reconhecer isso. Não somos nós que o dizemos, são as entidades que o dizem: Pombal é mesmo um município amigo do desporto. Esta distinção avalia simplesmente as políticas desportivas,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*aqui Pombal volta destacar-se e volta a marcar a diferença. Como um dos concelhos que mais investe e apoia o desporto. Apoiamos na construção e melhoramento de infraestruturas, os clubes e as associações culturais. Desenvolvemos projetos com elas, e é com elas que desenvolvemos o nosso projeto global de desporto, aqui também estamos de parabéns e é por isso que somos reconhecidos como um dos municípios que mais importância dá ao desporto, à educação desportiva e ao desenvolvimento dos hábitos saudáveis da sua população. Como resultado disto, iremos ter brevemente criado o primeiro centro de alto rendimento para karaté no nosso concelho. Para alguns pode não parecer muito, mas o que estamos a dizer é que vamos ter no nosso concelho os atletas de alta competição desta modalidade, é absolutamente fantástico. E é mais do que isso, é uma prova do reconhecimento das várias entidades de que acreditam no trabalho desenvolvido neste Município. É um reconhecimento aos nossos clubes, aos nossos atletas e aos nossos dirigentes, que têm sido incedíveis e incansáveis na defesa destas modalidades, foram milhares os atletas que foram abrangidos pelos nossos programas, Pombal aqui também marca a diferença, não só pela liderança, mas pelos atletas, pelos dirigentes e pela massa que move a causa desportiva, para eles o meu muito obrigado.*

*Eu ouvi atentamente a Dr.<sup>a</sup> Odete Alves, pessoa que muito estimo, fazer aqui o que a oposição deve fazer: mostrar a sua divergência, dizer ao que vem, dizer que não concorda com o que está feito. Outra coisa não se esperava. Mas o que vamos vendo é que esta oposição sistematicamente mantém o mesmo comportamento: aponta o que considera está mal, aponta apenas o que considera que falhou. Nunca em momento algum, em qualquer oportunidade que tenham tido, e foram muitas, indicou de que forma, de que maneira ou quando é que pretendia acertar desta vez. Esse é um facto inegável ao longo destes anos. Por isso, Senhor Presidente, eu não tenho muitas dúvidas. Há quem queira ler nas estrelas e nas estrelas lemos o que queremos, mas eu prefiro ler nas ruas e nas ruas o algodão não engana. A verdade é que ao longo do tempo em que andámos pela rua, e eu tenho andado consigo, não fomos dar a bênção a ninguém, fomos pedi-la. Fomos perguntar às pessoas o que acharam do nosso trabalho. Nas ruas as pessoas já lhe disseram que a partir de dia 1 continuará sentado nessa cadeira e nós estaremos cá para o apoiar. Assim, Pombal não voltará para trás e continuaremos no caminho do progresso.”*

**José Manuel Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito honestamente, quero congratular-me por ter estado em todas as Assembleias dos últimos quatro anos, nas quais muito aprendi. Considero que esta é a Casa da Democracia, houve várias divergências, como é normal, mas o que interessa é que se conduziu os destinos do Município, que muito me honra, porque temos caminhado para o desenvolvimento. Congratulo-me por viver num concelho que não envergonha nenhum de nós pelo seu desenvolvimento e nível de vida.*

*Como estamos a terminar, aproveito para dizer que me congratulo por, recentemente, ter sido posto ao serviço dos alunos o Centro Escolar do Louriçal. Se existem obras que nos deixam para a história, esta é uma delas. Esta era uma obra que o Louriçal ansiava há mais de uma década e que no espaço de 4 anos conseguimos negociar terrenos, criar projeto e executar uma obra que orgulha não só a freguesia do Louriçal, mas todo o concelho de Pombal, por tal quero dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara. Agradeço do fundo do coração pela obra que com certeza vai ficar na memória de todos nós. Temos condições para 165 crianças, 65 no ensino pré-escolar e 100 no 1.º ciclo. Estas condições foram criadas porque as coisas funcionaram bem, quando é assim todos ficamos orgulhosos. Não podia deixar passar este momento sem agradecer a todos os que trabalharam para que esta obra fosse possível. Eu tenho a certeza de que se nós caminhássemos na saúde como estamos a caminhar na educação, tenho a certeza que tínhamos uma economia sustentável e criávamos uma aptidão nas pessoas de virem viver para o Louriçal.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Eu reconheço que se a área da saúde fosse da competência do Município certamente estaríamos muito melhor.”*

**Ilídio Mota**, fez a intervenção que se segue:

*“Nesta que é, ao fim de 12 anos, a minha última participação na Assembleia Municipal de Pombal como Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, dirijo um agradecimento a todos, pois foi uma experiência muito gratificante e enriquecedora. Tive a oportunidade de trabalhar com largas dezenas de profissionais deste Município, com quem muito aprendi a melhor servir a comunidade vermoilense. Agradeço, desde já, ao Eng.º Narciso Mota que confiou em mim e me convidou em 2005 para este desafio, o qual aceitei. Entre 2005 e 2013 concretizámos muitos objetivos graças ao trabalho e empenho de uma grande equipa, formada pelo Presidente da Câmara, os seus Vereadores, os meus colegas do executivo da junta, Chefes de Divisão e Departamento, por muitos técnicos e pessoal deste Município de Pombal, por todo o pessoal ao serviço da Junta de Freguesia e pela nossa massa associativa. Nos dois primeiros mandatos muito trabalho foi realizado, tendo a freguesia de Vermoil ganhado força e podendo dar um novo salto qualitativo e quantitativo. Agradeço muito especialmente ao nosso Presidente de Câmara Dr. Diogo Mateus, que em 2013 me convidou para continuar, e para dar o novo salto. Aceitei sem reservas, pois conhecia o potencial do Dr. Diogo Mateus como Vereador, o qual abraçava as pastas que lhe eram entregues com afinco, dedicação e com visão de serviço público, o que é raríssimo encontrar. Este potencial ultrapassou todas as minhas expectativas, pois como Presidente consegui novas dinâmicas e implementar um vasto conjunto de serviços e a realização dos objetivos foi enorme graças à sua liderança e ao trabalho de todos. Neste mandato, com alicerces firmes pelo trabalho de mandatos anteriores, este salto foi qualitativo e quantitativo e está à vista de todos. A freguesia de Vermoil e o concelho de Pombal têm agora mais vigor e estão de olhos postos no crescimento e num futuro cada vez melhor.*

*Quero aproveitar a minha intervenção para deixar um pedido de desculpas aos Senhores Presidentes de Câmara, às Senhoras e Senhores Vereadores, aos responsáveis e colaboradores dos diversos serviços do Município de Pombal, com quem, por vezes, terei sido exigente demais, outras vezes intransigente, tantas vezes insistente, mas tal não foi por qualquer questão pessoal, mas sim com o intuito de servir o interesse público, sei que muitas vezes os meios faltavam e que não conseguiam dar mais de vós, mas tinha de colocar o superior interesse da comunidade à frente. Disse que aceitei o desafio de ser candidato à junta de freguesia de Vermoil, mas não o aceitei de ânimo leve. Foi a decisão mais difícil que tomei na minha vida e é a que mais me pesa. Privei a família tantas vezes, à qual nem tenho palavras para pedir desculpa, deixei de ter vida pessoal, deixei a minha vida profissional tantas vezes em suspenso, sacrificando a minha mãe e os meus irmãos. Já sabia disso quando aceitei, mas o amor, gosto e paixão por Vermoil falou mais alto. Valeu a pena, superei os desafios e cumpri os objetivos graças ao trabalho de equipa com diversas instituições. Termino com o ânimo do dever cumprido, sempre realizado com espírito de missão e de ter dado o meu melhor servindo a causa pública e sentindo a minha comunidade mais valorizada e mais unida. Parabéns e obrigado a todos pela vossa colaboração e os meus votos de um melhor futuro para todo o concelho de Pombal e para o nosso país.”*

**Manuel Serra**, fez a intervenção que se segue:

*“Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, nas vossas pessoas, e recorrendo-me também aos meus colegas que anteriormente falaram, apresento os meus cumprimentos a todos os que já foram enunciados, para não estar a repetir novamente o que já se sabe.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Em final de mandato, de facto, para mim foi a primeira experiência para uma União de Freguesias, foi uma experiência muito enriquecedora, muito turbulenta em determinado período, mas também com a lealdade e com a cooperação de todo o nosso Executivo e a Assembleia de Freguesia, tanto dos apoiantes, como também da nossa Oposição, conseguimos levar a bom porto um entendimento que era necessário para conseguirmos a paz necessária e suficiente para conseguirmos os desenvolvimentos que foram, de facto, obtidos, com certeza que sempre com a colaboração e a cooperação imprescindível da Câmara de Pombal, à qual o Sr. Presidente da Câmara e respetiva Vereação dão um corpo eficaz. Sem esta visão que souberam ter ao longo deste mandato teria sido muito mais difícil concretizar aquilo que foi concretizado.*

*Muito se fez, eu não vou estar neste momento a fazer balanços sobre essa situação, apenas informar que estou contente com as prestações que consegui na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, e também estou contente com a atuação da Câmara. É evidente que não posso deixar de reconhecer que numa sociedade humana as coisas nunca correm todas bem, as coisas nunca são todas perfeitas. Houve coisas que não correram bem; cá estamos para as corrigir e para tentar que elas futuramente corram melhor, com a colaboração de todos, com o apontamento daqueles que as vão enunciando, e portanto, é isso que faz parte, de facto, da nossa vida autárquica.*

*As obras que existem neste momento, estão muitas em conclusão, mas estão muitas também em início ou em formação. A nossa vida é um contínuo, normalmente há uma pressão para que no final do mandato aquelas obras, as obras possíveis de concluir, que se concluam, mas isto é normal em qualquer mandato, seja qual for a cor política que esteja à frente dos destinos.*

*Temos que ter em atenção o seguinte: há receios para o futuro, e estes receios têm a ver com a diminuição da nossa população. E a diminuição da nossa população põe em causa a nossa existência, põe em causa o nosso progresso, e põe em causa o nosso futuro. Muito se fala na necessidade que as autarquias têm de serem um motor, de facto, da sociedade e da economia. Eu julgo que a parte essencial do social, da saúde (com alguns constrangimentos que existem), da habitação, toda essa parte está relativamente acautelada e o progresso feito. Julgo que temos que apostar muitíssimo mais na atração do investimento, na potencialidade de instalação de empresas, porque é a economia que estabiliza as sociedades, é a economia que sustenta as famílias, e são as famílias, por sua vez, que sustentam a sociedade e o corpo das nossas freguesias e do nosso concelho. E portanto, acho que no próximo mandato tem que haver uma atenção especial para essa questão, sendo certo que será ela a determinante para a nossa existência.*

*No último dia, exatamente antes das eleições, na União de Freguesias vai-se realizar o 2.º Trail Noturno Pombal Oeste, que é um evento, em colaboração com a Câmara Municipal de Pombal, a favor dos Bombeiros Voluntários de Pombal, um evento de enorme complexidade de organização que a nossa Junta de Freguesia, em conjunto com as nossas associações, assume, neste período concreto a demonstrar a vontade e o esforço que o nosso poder autárquico tem, mesmo em situações muito críticas, de manter aquilo que nós gostamos de manter para potenciar, de facto, a nossa vida autárquica.*

*Eu quero apenas terminar dizendo que julgo que o Executivo Municipal foi um Executivo de grande empenho, capacidade e desenvolvimento. Não sei o que é que será o futuro, o futuro pertence aos votantes. De todo o modo, pela parte que me diz respeito, é grande a minha satisfação, julgo que a sequência correta seria a manutenção do nosso Presidente da Câmara, porque ele deu seguimento àquilo que de bom fez o anterior Presidente da Câmara, fê-lo com capacidade, potenciou aquilo que recebeu, e julgo que deixará caminho também a quem o seguir*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*no tempo próprio. Portanto, nesta altura, julgo que o tempo é o tempo de Diogo Mateus. A todos, as maiores felicidades nas eleições, e cá estaremos para ver quem é que cá está depois. Muito obrigado.”*

**Michäel António**, fez a intervenção que se segue:

*“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Eng.º Narciso Mota, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia Municipal aqui presentes.*

*Permita-me que enderece os meus mais respeitosos cumprimentos e saudações democráticas a todas as Bancadas desta Assembleia, nomeadamente ao PSD, ao PS, ao CDS-PP e à CDU – Bancadas e respetivos membros, evidentemente – com quem tive oportunidade de trabalhar, de privar e discutir, tanto ideias, como posições, ao longo das sessões da Assembleia Municipal que decorreram durante os quatro anos deste quadriénio 2013-17, sendo que, evidentemente, faço destas palavras as minhas relativamente às Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, cujo trabalho respeito imenso, assim como toda a equipa que compõe o Executivo Municipal.*

*Quero aqui dizer que foi para mim uma nova experiência que abracei durante estes últimos quatro anos, que muito me enriqueceu e que me fez crescer. Sempre procurei – sempre, em todos os momentos – respeitar e dignificar esta magna Assembleia, tendo participado em todas as sessões da Assembleia Municipal, exceção feita a uma, na qual não pude de todo participar, porque me encontrava ausente no estrangeiro por motivos profissionais – como justifiquei, aliás, à Mesa, na pessoa do Sr. Presidente. Quero também expressar o meu sincero apreço a todos os funcionários do Município que prestam assessoria aqui a este órgão e a todos nós, deputados, que foram inexcedíveis ao longo destes quatro anos, não tive qualquer razão de queixa do que quer que fosse, e também aos órgãos de comunicação social que sempre transmitiram o nosso trabalho, e evidentemente ao público, a todo o público que sempre compareceu aqui neste Salão Nobre.*

*Para terminar, sobretudo quero dizer-lhe, Sr. Presidente, que foi além do mais uma honra e um verdadeiro privilégio participar no exercício cívico e democrático das sessões desta Assembleia, por si presididas, na minha opinião de forma isenta, justa e imparcial – como, aliás, já aqui foi referido, e por diversas vezes, por colegas das outras Bancadas, que chegaram a epitetá-lo e a considerá-lo mesmo como o melhor ou o mais justo Presidente deste órgão. O senhor – pelo menos isso ninguém lho conseguirá retirar – no desempenho dessas funções, nunca limitou ou cortou voz a quem quer que pretendesse aqui intervir; e isso, na minha opinião, é um verdadeiro exemplo do exercício democrático, que o fez enquanto moderador, ou fiel da balança.*

*E mesmo concluindo, quero dizer que foi uma honra para mim, sendo que sinto que cumprimos verdadeiramente a nossa função, todos nós, dignificando o mandato para que fomos eleitos durante este quadriénio.”*

**Henrique Falcão**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros da Mesa, caros deputados da Assembleia, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.*

*Antes de mais, queria pedir desculpa pelo nosso atraso, que se deveu a um pequeno desentendimento entre a comunicação que nos foi feita, de forma diferente, e que só agora me apercebi da alteração da hora – porque, efetivamente, houve aqui qualquer coisa, a culpa é minha porque não vi bem, distraí-me, mas houve, efetivamente, uma alteração, que recebi apenas a convocatória por SMS, e só agora me apercebi da alteração da hora. Mas, penso que esse atraso não estorva nada o trabalho desta Assembleia, porque passamos só a falar no fim, acaba por ser igual, e não vou roubar mais tempo com isso. Muito obrigado por me ter dado a palavra.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E o tema que eu queria aqui trazer hoje tem a ver com o facto de ser a última Assembleia deste mandato, e portanto, está na altura de fazer uma retrospectiva daquilo que aqui se passou, muito sumariamente, mas queria aqui apontar, efetivamente, à responsabilidade de todos os deputados municipais, enquanto membros desta Assembleia, o que é que fizemos durante estes quatro anos. E na sequência disso, eu queria lembrar e questionar os intervenientes, para saber exatamente o que é que se passou.*

*E eu recordo o seguinte: na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2013, foi feita aqui, no Ponto n.º 1.2 da ordem de trabalhos, a eleição de um Presidente da Junta para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Nessa sessão, foi eleito o representante da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Junta do Vermoil, o deputado Ilídio da Mota. Também ainda nessa sessão foi eleito o representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, Dr. José Alves Grilo Gonçalves. Eu pergunto o que é que foi feito no exercício dessa representação desta Assembleia, se se passou algo que devamos ter conhecimento. Sinceramente, eu não me apercebi de qualquer feedback dessa representação.*

*Em 2014, foram eleitos nesta Assembleia três representantes da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da Escola Tecnológica e Artística Profissional de Pombal (ETAP): o Sr. Eng.º Narciso Mota, Dr. Pedro Pimpão, Patrícia Carvalho. Ao longo destes quatro anos, ouvi péssimas notícias sobre a ETAP, ultimamente já vêm boas notícias, mas nunca ouvi dos representantes desta Assembleia qualquer informação sobre o que é que se passou, qual foi a participação nesse Conselho Consultivo, como é que as coisas se passaram. Acho que as pessoas, enquanto representantes da Assembleia, deveria haver algum feedback daquilo que se estava a passar.*

*Em 2015, foi eleito o representante da Assembleia Municipal do Conselho de Comunidade do ACES Pinhal Litoral, o Sr. Deputado Fernando Matias. Igualmente saber se houve alguma reunião, se não houve, o que é que se passou.*

*Em 2016, na Assembleia de 24 de abril, foi eleito para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens o deputado Pedro Pimpão, Teresa Silva, Paula Cardoso, Maria Emília Brito. Nesse mesmo dia, também para o Conselho Municipal de Segurança, foram eleitos os representantes da Assembleia Manuel Rodrigues Marques, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Ofélia Moleiro e Vítor Gomes. Gostaria também de saber se houve algo de importante na vossa participação enquanto representantes da Assembleia.*

*Em 2016, foram eleitos dois representantes das Juntas de Freguesia para a Comissão de Acompanhamento da Avaliação do Programa AMPHARA – foram eleitos o Presidente da Junta do Louriçal, José Marques, e o Presidente da Junta da Pelariga, Nelson Pedrosa. E finalmente, um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Sra. Deputada Maria Adelaide Conceição.*

*Ora bem, o que eu pretendia era saber qual foi a participação dos membros desta Assembleia nestas comissões, nestas representações, o que é que os membros desta Assembleia contribuíram para a comunidade, e concretamente nestes organismos para os quais foram eleitos representantes.”*

**Ricardo Ferreira**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito obrigado a todos. Começar pelos cumprimentos habituais, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, e na sua pessoa, a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respetivos Vereadores e Sras. Vereadoras, caros colegas deputados municipais, comunicação social e público aqui presente.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E dando continuidade à intervenção do meu colega de Bancada, o deputado Henrique Falcão, pude aperceber-me pelas caras de alguns membros nomeados que talvez não soubessem da sua presença nessas comissões e ficaram algo surpresos. E portanto, isso é um bocadinho preocupante, do meu ponto de vista.*

*Mas, a minha intervenção hoje vai no seguimento daquela que foi a minha intervenção na última Assembleia Municipal, que teve a ver com o Decreto-lei n.º 64/2017, sobre a instalação de centrais de biomassa. Questionei o Sr. Presidente da Câmara sobre o conhecimento desse Decreto-lei, e o que estaria já a ser feito, tendo respondido que já tinha conhecimento e encaminhado para o vereador responsável por essa área. As minhas perguntas hoje vão nesse sentido, e gostava de saber quais as conclusões a que chegaram sobre esse Decreto-lei, na análise que fizeram, e quais as diligências feitas pelo Executivo Camarário até à data junto dos órgãos decisores com vista a podermos acolher uma dessas centrais no nosso concelho, caso considerem importante.*

*Depois, em segundo lugar, gostava também, nesta que é a última Assembleia Municipal deste mandato, de deixar de certo modo um desejo para o próximo mandato – ainda que muitos dos que aqui estão hoje presentes não venham a fazer parte desta Assembleia – e o meu desejo é haver uma Assembleia Municipal mais participativa e menos passiva, já que houve aqui colegas que durante este mandato de quatro anos não tive o prazer de ouvir falar. Lançava, portanto, esse desafio hoje a todos aqui presentes, para que o fizessem, e nomeadamente, se me permitem, à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Abiul. Foi com muito gosto que vi o PSD, através do seu jornal de campanha, reconhecer publicamente o grande trabalho levado a cabo pelo CDS-PP em Abiul durante estes quatro anos. E se o próprio PSD o reconhece, lançava esse desafio à Presidente Sandra Barros para que hoje, talvez pela primeira vez em quatro anos nesta Assembleia Municipal, fizesse uma intervenção, quem sabe para dar também conta desse grande trabalho do CDS na Freguesia de Abiul.”*

**Manuel Rodrigues Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“Amigo e companheiro Henrique Falcão, foi uma forma muito inteligente que tu arranjaste para fazer campanha eleitoral batendo na cabeça dos outros, só que aí dás-te muito mal, porque quando eu vou às reuniões – e vou, amigo e companheiro, vou – da Segurança, eu tenho sempre a preocupação de vos dar um pequeno relato sobre aquilo que se passou lá e dar-vos as ordens de trabalho. E portanto, Henrique, desculpa, mas bateste à porta errada. Desejo-te muitas felicidades no teu trabalho, e da forma inteligente como tu colocaste a campanha eleitoral aqui dentro da Assembleia Municipal.”*

**Carlos Alberto Silva**, fez a intervenção que se segue:

*“Eu também não queria deixar passar esta oportunidade, e até porque estou neste lugar há vinte anos consecutivos, comecei com o Sr. Meneses Falcão, secretariei todos os Presidentes da Mesa da Assembleia que por aqui passaram durante estes vinte anos, umas vezes bem, outras vezes menos bem, mas queiram saber que fiz o meu melhor. Por isso, peguei mais neste microfone por causa disso, além de me despedir de vocês, mas de qualquer forma quero agradecer do fundo do coração àquilo que a D. Clara me ajudou, nomeadamente a mim, como Secretário desta Mesa, porque, como sabem, ninguém nasce ensinado, e a D. Clara foi um pilar muito dedicado a esta Mesa, que nos ajudou bastante. Mais tarde, a Dra. Virgínia tem colaborado sempre com esta Mesa, também quero deixar aqui o meu agradecimento público, porque foram duas pessoas que eu conheci – uma já conhecia de pequenina, mas outra só a conheci aqui – e que me deram muito orgulho em trabalhar.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Quero também agradecer ao Sr. Presidente da Câmara – e estou-me a referir, neste momento, a este mandato, a esta Legislatura – a todos os Vereadores, a todos os Srs. Membros da Assembleia que colaboraram com esta Mesa, nomeadamente com a minha pessoa, a forma digna e colaborante com a qual trabalharam.*

*Ao contrário de muitos, por opção própria, eu não vou estar cá para o ano, não vou estar cá na próxima Legislatura. No entanto, desejo muitas felicidades a quem cá estiver, a quem desempenhar funções públicas, políticas, e neste caso, na Câmara Municipal ou na Assembleia, desejo muitas felicidades, muita saúde (que é o que todos nós precisamos), e que tudo vos corra bem.”*

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, para prestar os esclarecimentos que entender.**

*“Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, membros da Mesa, caro público que assiste a esta Assembleia Municipal, uma boa tarde a todos.*

*Eu vou responder a cada uma destas questões que formularam, e no final farei também uma declaração política a agradecer a colaboração de todos os Srs. Deputados durante este mandato. O Sr. Deputado Pedro Pimpão fez uma observação sobre o funcionamento da nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Como sabem, a Comissão de Proteção é um órgão absolutamente autónomo da Câmara, que deve apenas contar com o nosso apoio logístico e financeiro – que já esta alteração foi introduzida durante este mandato – e tem representantes da Assembleia Municipal, entre outros, que asseguram não só o seu funcionamento ordinário, mas também aquilo que aqui foi apresentado como o Plano Local de Proteção, e de facto, um documento muito importante, que tivemos ocasião de publicamente apresentar com os representantes nacionais da Comissão. Infelizmente, nessa data, não tivemos oportunidade de ter cá o Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, o Juiz Armando Leandro, precisamente porque era homenageado pelo Sr. Presidente da República, por força também da sua missão na Comissão, no Palácio de Belém. Ouvimo-lo por telemóvel, mas, de facto, a nossa comunidade, representada não só pela Assembleia Municipal, mas pelas inúmeras instituições que garantem o funcionamento, foi incansável na definição deste plano, e Pombal hoje deve também orgulhar-se de ter um plano moderno, ser dos poucos concelhos que o tem, e que tem uma comunidade com uma particular atenção ao problema das crianças e jovens.*

*A Sra. Deputada Odete Alves fez aqui algumas observações sobre o funcionamento do órgão. Eu, se calhar, dava-lhe também a sugestão para poder ler atas de outras Assembleias Municipais já realizadas no nosso concelho, para, de facto, poder talvez aferir o seu critério – se estiver disposta para isso, evidentemente – relativamente ao esforço genuíno que o Presidente da Câmara e a Câmara fazem para informar a Assembleia. E deixe-me dizer-lhe que não me envergonho nada das horas de estudo que emprego para informar a Assembleia Municipal de tudo, da preocupação que tenho em responder, quando aqui não o consigo fazer, nomeadamente quando temos muitas perguntas – e tivemos aqui sessões em que, do mesmo deputado, tínhamos mais de uma dúzia de perguntas sobre um determinado tema – precisamente para dar todos esses esclarecimentos, e principalmente disponibilizar a informação que os senhores devem ter para cumprir bem a vossa missão.*

*Percebi que não atendeu particularmente aos pedidos de desculpa quando, sob o ponto de vista linguístico, tivemos aqui algumas situações, mas aquelas que também me foram dirigidas e menos simpáticas, eu garanto-lhe que já me esqueci delas, e não lhas vou recordar. Mas, deixe-me dizer-lhe, também aproveitando a circunstância, que apesar de ser este órgão que fiscaliza a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Câmara, isso não impede que o Presidente da Câmara também avalie a forma com que o órgão Assembleia Municipal fiscaliza a Câmara Municipal. E deixe-me dizer-lhe que eu acho que os senhores, que tinham uma missão principal enquanto Oposição neste mandato – aliás, numa senda que já tem alguma história – foram um bocadinho preguiçosos. E portanto, eu espero que em futuros mandatos, de facto, esta Oposição cómoda que eu senti ter seja um bocadinho, no futuro, mais estudiosa, seja mais assertiva, tenha mais rigor, estude melhor os assuntos de maneira a que não fique apenas em conversa vaga, e que indo aos locais, conheça a realidade, que tenham, se calhar, menos prosa e mais ação, porque isso, de facto, é que dá uma valia, pelo pensamento político, pelas alternativas, pelas propostas, ao nosso território, ao nosso concelho, e este projeto comum que nós devemos construir em conjunto para toda a população que nos escolheu a todos, porque ninguém está aqui sem ter sido devidamente eleito.*

*E precisamente por isso percebo a sua preocupação de ver a parte negra do diagnóstico social, mas eu acho que, de facto, essa sombra lhe traz depois uma dificuldade em ver a claridade que aparece noutros locais. E eu recomendava-lhe – aliás, eu tive ocasião não só de falarmos aqui deste tema, como de convocar expressamente o Conselho Local de Ação Social para o debater – que estudasse o referencial de coesão social que foi desenvolvido pela Segurança Social Portuguesa e publicado no final de 2015, e que foi produzido pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos, e que faz precisamente uma avaliação comparativa entre os Municípios portugueses (os trezentos e oito), relativamente a vinte indicadores de prestação local, uns mais diretamente relacionados com o Município em concreto, outros com o conjunto de outras entidades que, como bem sabem, interagem com as matérias sociais. E na identificação dos chamados perfis territoriais de exclusão social, eram avaliados vinte: a inatividade, a fraca intensidade laboral, o desemprego, os baixos níveis de habilitação escolar, a desqualificação do trabalho, a incapacidade, o rendimento, as prestações sociais, a poupança, o endividamento, os encargos com a habitação, as condições deficitárias da habitação, o isolamento, a criminalidade, o autoconsumo, a vulnerabilidade associada ao género, a vulnerabilidade associada à composição familiar, também associada à população imigrante, os grupos de risco e o capital inclusivo que tinha as abordagens integradas territoriais de intervenção social, dinâmica das redes sociais e grau de cobertura dos equipamentos sociais. E sabe o que diz este estudo, ao contrário dessa sua preocupação, que admito que seja alguma? Sabe o que diz o estudo, quando conclui o posicionamento do Concelho de Pombal? E aliás, eu tive ocasião de fazer este agradecimento a todos os nossos parceiros, porque os resultados em todas as áreas, e concretamente nas matérias sociais, que o Concelho de Pombal atinge não são da Câmara Municipal. E se for ver lá a ata dessa Comissão Local de Ação Social, vai lá ter esse agradecimento que eu fiz, em nome do Município, porque é um trabalho de uma comunidade. E nós somos dos poucos Municípios portugueses que somos posicionados no chamado grau de exclusão mitigada, o que significa que este estudo, com estes vinte indicadores tão distintos, não identificou nenhuma área particularmente crítica que nos destacasse negativamente no contexto nacional relativamente aos outros Municípios. E portanto, num projeto avaliado externamente por entidades credíveis, que nos dizem – ou pelo menos eu assim o li: “Os senhores estão a ir no bom caminho, não estão a deixar nenhuma área para trás, estão a fazer um esforço equilibrado em todas estas múltiplas áreas.” Os senhores, a comunidade, não é o Município. Mas, recomendo-lhe a leitura – aliás, está no site, se quiser eu empresto-lhe aqui também o livro, que, aliás, veio para a Câmara, não é meu, eu tenho até ideia de isto ter sido distribuído aos Srs. Deputados Municipais – pelo menos aos dirigentes e ao departamento foi, seguramente, mas está à vossa disposição, porque eu acho que é um bom documento de trabalho.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Como sabe, esse diagnóstico depois tem outro instrumento – aliás, ele é feito para ter depois outra solução, que é o chamado Plano de Desenvolvimento Social, que é, de facto, esse plano estratégico que nós devemos desenvolver para atacarmos os problemas que são identificados. É evidente que as questões demográficas depois se desdobram naqueles múltiplos indicadores que apresentou, porque o problema é muito simples: não havendo natalidade, não vale a pena andar para trás, fazer discussões sobre se temos cem jovens por cento e setenta idosos; eles não nasceram, e portanto, esse é um problema que nós temos. Também sabemos do absoluto desinvestimento que o Estado fez no combate ao analfabetismo, nomeadamente o analfabetismo sénior. E portanto, a possibilidade real de nós regredirmos esses números, sabe qual é? É de as pessoas deixarem de estar entre nós, é quando elas morrerem, porque é muito pouco provável que nós consigamos agora lançar projetos para pessoas destas que têm sessenta, setenta, oitenta, noventa anos, e que, de facto, não sabem ler, não sabem escrever, e já não estão sequer em condição física para o fazer. Eles continuam entre nós, são esses. É por essa razão que nós lançámos um conjunto de medidas para combater isto. Por exemplo, quando nós lançámos o projeto de potenciação do sucesso escolar, nós queremos, primeiro, que façam a escola até ao fim, porque em alguns destes casos nós não só não tínhamos a escola começada, como não a tínhamos acabada, ou mal acabada. E hoje, queremos que isso aconteça, e já há resultados – aliás, na última reunião, no Dia da Educação, tivemos ocasião de conhecer o incremento – já respondendo ali um bocadinho à Prof.<sup>a</sup> Emília Brito, que fez essa pergunta – o incremento que se verificou no 1.º ciclo relativamente ao sucesso escolar, de um ponto e meio (1,5%), mais ou menos, quando já estávamos com noventa e oito por cento (98%), ou noventa e sete por cento (97%) – eram valores já muito significativos. Foi por essa razão que nós achámos, e aqui aprovámos por unanimidade, que era importante criar as Comissões Sociais Interfreguesias, e que os Srs. Presidentes de Junta se organizaram, criaram grupos, aprovarmos em conjunto as dotações financeiras e as formas como este trabalho vai ser desenvolvido no futuro. E foi também por essas questões do isolamento que nós aprovámos aqui por unanimidade o Programa AMPHARA, que é um programa deste mandato, e que resulta de uma reflexão que ia ao encontro dessa preocupação. Não precisámos de ter o diagnóstico social para lançarmos medidas para corrigir isto.*

*Foi também neste mandato que nós melhorámos a Ação Social Escolar para níveis incomparavelmente superiores àqueles que o próprio país determina, mais de cem por cento (100%) de apoios, em termos financeiros, superiores àqueles que o Estado estabelece. Foi neste mandato que nós quisemos que a escolaridade fosse, de facto, obrigatória até ao décimo segundo ano, e que definimos os transportes escolares gratuitos para o décimo segundo ano – foi neste mandato. Foi neste mandato que nós impusemos aos transportadores de crianças nos transportes escolares que deixassem, na pior das hipóteses, as crianças, no máximo, três quartos de hora antes de a escola começar, à porta da escola, e já não temos crianças que chegam a Pombal às sete e dez, como tivemos durante toda a vida, para terem aulas às oito e vinte e cinco. Foi neste mandato que se iniciou um trabalho para melhorar as condições de funcionamento e de renovação das frotas das IPSS's, com mais de uma dúzia de carrinhas financiadas, precisamente para estarmos mais próximos destes idosos, e que se reforçaram também os meios da Teleassistência. Foi neste mandato que se estabeleceram critérios absolutamente públicos e conhecidos sobre as condições financeiras que estão à disposição das IPSS's para fazerem os seus lares. Assim o fizemos no Carriço, falou-se aqui da Santa Casa, já se fez nas Meirinhas, tinha-se apoiado também já Almagreira, e a própria ampliação de Vila Cã relativamente ao número de camas. E foi já neste mandato, e está no nosso Plano de Investimentos para este ano, o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*projeto “Creche para Todos”, que tivemos aqui ocasião de discutir quase há um ano, quando aprovámos o Orçamento de 2017.*

*Portanto, esse relato é bom, mas deixe-me dizer-lhe que nós temos estado particularmente atentos, deixe-me até dizer-lhe que não sendo propriamente uma responsabilidade do Município, foi neste mandato que nós iniciámos a discussão com o Ministério da Educação relativamente à requalificação da Escola da Guia, foi neste mandato que se fez o projeto, foi neste mandato que se aprovou o projeto, foi neste mandato que se tiveram as condições financeiras, já aprovadas do Ministério e do Centro 2020, para financiar esta obra, foi neste mandato que se abriu o concurso, foi neste mandato que se adjudicou a obra, e vai ser neste mandato que as obras vão iniciar, mal chegue o visto do Tribunal de Contas, e que só não começaram porque o Estado Português não tinha o prédio registado em seu nome. E portanto, isto são preocupações objetivas com problemas que têm a ver com aquilo que acabou de dizer, porque havia mau resultado escolar naquela escola, era uma escola que não estava nem nunca esteve em nenhum plano de prioridade de investimento, não é uma escola sede do concelho – e eu desafio-a a encontrar outra escola que não sendo sede do concelho tenha o montante de investimento que nós conseguimos, que a Câmara vai ter ainda que negociar com o Ministério da Educação, porque somos merecedores de mais apoio do que aquele que estava estabelecido, porque achamos que não deve ser exclusivamente o erário municipal a suportá-lo, mas lançámos esse projeto como sendo um projeto prioritário.*

*O mesmo acontece relativamente ao Centro Escolar de Pombal. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: não tinha, com certeza, mais gosto do que eu em poder cumprir o calendário. Deixe-me até dizer-lhe que o prazo de execução da obra era até outubro. E o esforço que nós pedimos desde o início ao empreiteiro foi precisamente o de trabalharmos para que as crianças iniciassem o ano letivo no seu princípio, no dia 13 de setembro, que era o que estava estabelecido, que como sabe, é mais cedo do que tradicionalmente acontece. Não foi possível, e fez-se uma reunião com os pais, e nessa reunião com os pais explicaram-se as razões que justificavam este atraso. Deixe-me dizer-lhe que adiar três dias o início do ano letivo, articulado com os Srs. Professores, com os pais e com o Agrupamento de Escolas, é absolutamente pacífico. E entre abriremos a escola com condições de segurança discutíveis ou acabar os trabalhos e estarmos três dias – porque o primeiro dia, normalmente, até nem se faz nada – portanto, hoje, quinta-feira, e amanhã, sexta-feira, para concluirmos estes trabalhos, para nós dá-nos tempo mais que suficiente para retomarmos na segunda-feira. É evidente que os senhores estão – como, aliás, convidei os pais quando estive na Escola Secundária, anteontem, para visitarem, ou aliás, eu pedi uma reportagem fotográfica feita pelos serviços da Câmara para que os pais presentes nessa reunião percebessem, de facto, às dez da manhã daquele dia, qual era o estado de desenvolvimento de cada uma das salas, dos corredores, das instalações sanitárias, da biblioteca, dos espaços exteriores, da cantina, de todos os espaços que os miúdos tinham que utilizar. Estava lá visível o nível de desenvolvimento. A mim preocupa-me verdadeiramente sabe o quê? Nesse pedido que fez, e que eu acho que tem toda a razão, que o arranque do ano letivo seja um processo imaculado; que seja um processo imaculado onde não há falta de auxiliares nas escolas porque o Ministério não as contrata a tempo, que seja um processo imaculado onde os professores não tenham que depois ter mais não sei quantos meses para fazer trocas, porque ficou tudo feito de qualquer maneira, como estamos a assistir no ano letivo, não no 1.º ciclo, mas nos outros anos de ensino, porque essa imaculação que pede para o ensino não é para o 1.º ciclo; é para todos eles. É para todos eles. E nós sentimos que, de facto, estamos bastante longe de atingirmos esse desiderato, essa observação.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E custa-me também que olhe só para este ponto de situação, e que não diga que nos vinte e cinco estabelecimentos escolares que abriram em Pombal no dia 13 de setembro, não houve incidentes. Estavam os recursos humanos, as obras estavam prontas no Louriçal, estavam prontas em Vermoil, estavam prontas na cantina escolar de Santiago de Litém, as refeições que eram feitas numa escola primária foram todas transferidas para essa unidade de produção que agora passa a ser o centro de produção de toda a Freguesia de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze, que há articulação com as Juntas para garantir, nomeadamente em Vermoil, o transporte escolar das crianças, que tinha sido feita em tempo, que as carrinhas estavam disponíveis, que havia motoristas. Esse processo foi um processo que correu bem. Entendeu que a única matéria que era aqui merecedora da sua observação era esta; pois, mas a escola não começou no dia 13, vai começar no dia 18. Deixe-me dizer-lhe até mais: quando os pais apresentaram nessa sessão preocupações sobre a forma e o local onde os filhos podiam ser acompanhados nos dias 13, 14 e 15, imediatamente se disponibilizaram os meios para corresponder a essas necessidades. E sabe quantos pais, numa plateia de cento e noventa encarregados de educação, é que, de facto, precisavam de dias, ou de uma solução alternativa durante estes três dias? Seis, seis pais.*

*Portanto, vale a pena conhecer, de facto, os assuntos, perceber a dimensão que eles têm e a forma com que, neste caso, a Junta de Freguesia de Pombal – que eu agradeço a disponibilidade da sua equipa técnica – a Câmara e o Agrupamento de Escolas se prontificaram para resolver um problema que tinha uma situação absolutamente compreensível. Eu percebo que este período eleitoral seja mais estimulante para este tipo de observações, mas deixe-me garantir-lhe que a Divisão de Educação e Ação Social desta casa, que pela primeira vez – pela primeira vez – a educação tem uma unidade dirigida por um técnico superior, pela primeira vez na história do Município, foi neste mandato que se criou uma Divisão que acompanha a educação; não havia quadros técnicos superiores a acompanhar as matérias da educação. E isso mostra muito do critério que foi introduzido e a modificação orgânica, mas principalmente funcional e operacional para resolver estes problemas. E a estrutura vai ganhando esta envergadura, teve que se começar do zero, porque eu não achava que era razoável ter essa matéria técnica entregue às questões políticas; não é isso que um político tem que fazer, são outras matérias, e isso foi feito neste mandato.*

*Portanto, espero que lhe tenha explicado, e que não tenha fugido a nada daquilo que a preocupava, para não ficar com a ideia de que eu não lhe quero responder e que quero ter algumas situações evasivas. Se entender que justifica, de facto, fazer uma visita, eu estou absolutamente disponível – e à Dra. Ofélia, já lá vou também responder.*

*Ao Dr. José Grilo Gonçalves, de facto, a síntese que o Sr. Doutor fez é uma síntese de um conjunto de políticas sociais que foram desenvolvidas e que complementam outras que já existiam, e que nos colocam na linha da frente de um conjunto de soluções. Aliás, eu desafio sempre os Srs. Deputados, como desafio os Srs. Vereadores, como desafio os membros da Assembleia Municipal, a trazerem-nos projetos inovadores, testados ou pensados, teses de doutoramento, mestrado, o que os senhores entenderem que seja relevante, para nós os discutirmos aqui. Esse apoio é um apoio fundamental para o nosso desenvolvimento, para fazermos esse pensamento aqui. Acha que é uma boa solução? Acha que deve ser aquela? Deve ser a outra? Não ficar à espera apenas que seja a Câmara a ter que o propor. Nós ganhávamos muito mais se tivéssemos ocasião de fazer essa discussão de outras propostas.*

*Ao Sr. Deputado Jorge Neves, do PCP, sobre as questões da saúde, eu acompanho-o na sua preocupação, e sabe que fico ainda mais preocupado quando vejo que é o Governo que é apoiado*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*pelo seu Partido, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista que tem introduzido tanta perturbação nessa normalidade de que nós gostamos, e que sejam lançadas dúvidas sobre a manutenção de Extensões de Saúde, e que sejam introduzidas modificações na organização e gestão local, quando se criaram as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados do Vale do Arunca e da Sicó – e se os senhores quiserem, eu leio aqui a posição que tomei há um ano e meio – não foi ontem; há um ano e meio – relativamente à forma desprezível com que o Município de Pombal foi tratado, e os autarcas de freguesia, quando fizeram essas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, e que eu escrevi. E sabem a quem é que eu escrevi? Eu escrevi a uma Diretora nomeada pelo meu Partido, porque eu não estou aqui a representar o meu Partido; estou aqui a representar uma população. E como disse na minha tomada de posse, eu não hesito nesses momentos. Mas, nem todos trabalhamos assim. Não me dirijo a si, mas nem todos trabalhamos assim. Há uns que quando as coisas lhes podem correr mal, preferem não aparecer. Preferem não aparecer, e isso mostra bem qual é o equilíbrio que têm na defesa do interesse público e se estão mais ou menos subjugados aos Partidos políticos, e se ficam a fazer-lhes esses fretes. Isso, há uma coisa que eu não tenho dúvida nenhuma: para a democracia e para a dignidade com que exercemos os nossos mandatos, não ajuda nada.*

*Situações para resolver; abrigos do Pombus, já reconheceu, estamos a avançar. Bioparque da Charneca, está adjudicado, e portanto, retoma entretanto. Rua S. João de Deus, a Ponte de Assamaça tem um projeto pronto, no princípio do mandato decidirá quem cá estiver se o lança ou não lança.*

*Lixeira de Albergaria dos Doze: foi limpa, e como já mostrou, temos ali um problema de cultura, temos ali um problema de indisciplina, temos ali um problema de controlo de acessos, que eu acho que a solução que apresenta, de ter um espaço vedado – não é ali, é em todo o lado, eu já pedi isso à Divisão, que concebam uma solução que tem horário de funcionamento para descargas de resíduos, equivalentes a “monstros”, porque nós conseguimos perceber que, de um modo geral, a má utilização desses equipamentos prende-se exclusivamente com utilizações industriais, comerciais ou por aqui; normalmente não é o cidadão que vai ocupar e vai descarregar esse material nesses pontos. E de facto, em Albergaria, eu tive ocasião de ver, e mandei imediatamente limpar, e portanto, a máquina que lá andou, fui eu que a mandei na semana passada para que fizesse aquela limpeza toda.*

*Dra. Ofélia Moleiro, eu percebo, de facto, as observações que fez relativamente ao facto de a sua casa estar lá, mas se a senhora lá vivesse, perceberia que grande parte das coisas que disse não são verdade. Deixe-me começar pelo princípio: aquela escola não começou na semana passada; aquela escola está há um ano em obras. Está há um ano em obras. E deixe-me dizer-lhe que podendo agora parecer uma discussão oportuna o número de centros escolares que Pombal deve ter, está três anos atrasada. E eu até estranho a circunstância, porque a senhora aprovou a Carta Educativa. E quando aprovou a Carta Educativa, isso está lá tudo previsto. Nós não estamos a fazer nada que não esteja na Carta Educativa. E portanto, quando aprovou a Carta Educativa, estava lá escrito qual era o modelo que em Pombal se ia cumprir relativamente aos Centros Escolares. Percebo os termos da sua intervenção, também as eleições a isso dizem respeito, mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: achou em algum tempo que o facto de se fazer um Centro Escolar no Carriço, antes de se fazer em Pombal, tratava os alunos como ricos e pobres, como estando bem e mal? Se esse critério entre as freguesias não existe, mas que raio de pensamento é esse que a leva a permitir concluir e dizer aqui que fazer primeiro na Escola n.º 1 de Pombal cria crianças ricas e pobres, e que uns ficam com escolas de primeira, e outros ficam com escolas de segunda?*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Não, não ficam. Sabe por quê? Porque foi neste mandato que se comprou a Escola Conde Castelo Melhor, foi neste mandato, e não há nenhum professor, não há nenhum educador, não há nenhum pai, não há nenhum Agrupamento de Escolas que tivesse vindo defender em nenhuma das sessões – e foi aprovado também em Conselho Municipal de Educação, e depois foi aprovado na Câmara Municipal, e depois foi aprovado na Assembleia Municipal – que viesse dizer, relativamente ao Centro Escolar de Pombal, que nós devemos ter um Centro Escolar com quatrocentos alunos. Quatrocentos alunos é o número de alunos que temos em pré-escola e nas nove turmas que temos no 1.º ciclo. E portanto, temos que olhar para estes números e perceber qual é o modelo que nós queremos. E o modelo que nós decidimos por unanimidade não é este que a Sra. Doutora aqui veio dizer. Portanto, leia os documentos, se não concorda com eles, apresente as suas palavras – três anos de atraso. Depois disso, aprovámos o projeto e fizemo-lo, negociámos o financiamento comunitário, obtivemos o financiamento, lançámos a empreitada, fizemos a obra, atrasámos três dias no arranque do ano escolar, e vem dizer, no final do mandato, que, afinal, os miúdos estão divididos e que uns são de primeira e os outros são de segunda. Não, não são; são todos de primeira, e não foi, com certeza, esse o critério que a Câmara na altura utilizou quando decidiu fazer a escola na Fonte Nova, e não a fez em Pombal. Alguém queria na altura dizer que os de Fonte Nova eram de primeira, ou de segunda, e que os do Barrocal eram de terceira? Alguém, alguma vez, pensou nisto? Eu nunca pensei, nem acho que seja verdadeiro. Portanto, dizer que os que ficaram na n.º 1 são de primeira e os que estão na Conde são de segunda é uma apreciação que eu refuto em absoluto, não concordo nada consigo, e custa-me até a crer que a tenha dito, e que tenha dito que há divisão de crianças, entre boas e más, e ricos e pobres. Remeto-a para a Carta Educativa e para esse conjunto de propostas que lá estão perfeitamente estabelecidas. Aliás, deixe-me dizer-lhe que ao contrário também do que afirmou, a área útil disponível para as crianças brincarem nas escolas aumentou; a área útil de recreio que existia na n.º 1, somada com o pré-escolar que estava lá ao lado – como sabe, tinha áreas que não estavam sequer admissíveis à utilização das crianças – a área bruta aumentou. E nós não tivemos que comprar nenhum terreno novo para fazer um Centro Escolar novo, e não tivemos que fazer acessibilidades a um Centro Escolar novo, e não tivemos que fazer infraestruturas para um Centro Escolar novo, e iluminar toda uma avenida para um Centro Escolar novo, e gastar o triplo do dinheiro que, se calhar, gastávamos numa situação daquelas. Por quê? Porque se entendeu que, de facto, a requalificação daquele espaço estava bem. E sabe que as salas do 1.º ciclo são exatamente as mesmas que lá estavam? Quem lhe disse que o espaço ficou mais pequeno, não lhe disse uma verdade, porque o espaço que lá está, as salas são exatamente as mesmas que existiram durante os últimos cinquenta anos; exatamente as mesmas. E quando lá for visitar, terá a ocasião de tirar essas conclusões.*

*E deixe-me dizer-lhe que ao contrário também do que disse, que os pais não têm informação nenhuma, isso não é verdade. Os pais foram por mim convidados para visitar a escola, se o entendessem, na sessão que se fez na passada terça-feira, no Ginásio da Escola Secundária de Pombal, onde eu estive presente, e onde recebi as preocupações, onde fui transmitir aos pais – eu fui transmitir aos pais – que não tínhamos condições para abrir na quarta-feira (ontem) por questões de segurança, e os pais compreenderam e apresentaram o problema que se prendia com: “E as crianças, onde ficarão?” E nós resolvemos esse problema. Portanto, os pais estão informados, os pais estão convidados para na segunda-feira, das nove às dez, se quiserem, visitar a escola, e amanhã, das dezasseis às dezoito. Portanto, quem quiser, o espaço está disponível, sem inaugurações, sem bênçãos e sem qualquer tipo de histeria, que fica tudo muito preocupado porque agora aquilo pode ser uma coisa muito interessante para os pais, e que agora, se calhar,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*vão mudar o seu sentido de voto. E as pessoas continuam a achar, no ano de 2017, que Pombal e o país ainda são feitos por um conjunto de tontinhos que andam atrás deste tipo de manifestações. Mas, adiante, cada um pensa com a sua cabeça.*

*António Roque, sobre a grande conclusão que aqui nos apresentou, nomeadamente “a política é uma missão”, deixe-me dizer-lhe, para ficar também aqui o meu pensamento e uma pergunta: eu não sei se, de facto, é uma missão para quem anda sempre a saltitar de Partido, ou vai para os independentes para continuar na política, porque aqueles que são coerentes, esses, garanto-lhe que têm uma missão.*

*Sobre a intervenção do Sr. Deputado Felismino, as questões da saúde: bem, foi aqui apresentado à Assembleia um abaixo-assinado, que foi lido, não me apercebi que a Assembleia Municipal tivesse tomado qualquer decisão sobre esse documento, não sei se vai tomar, se não vai, a Câmara não o recebeu, não foi à Câmara que foi direcionado esse documento, mas eu quero aqui dizer que quem tomou a decisão de abrir a Unidade de Saúde Familiar do Oeste foi o Ministro Adalberto Campos Ferreira, foi o Sr. Secretário de Estado, foi o Presidente da ARS e foi o ACES do Pinhal Litoral de Leiria, neste mandato, nesta Legislatura do Parlamento. E portanto, eu percebo a indignação partidária – a indignação partidária – que existe em alguns simpatizantes e militantes do Partido Socialista. Mas, meus amigos, isso é um problema que os senhores têm que resolver dentro do Partido, porque se os senhores continuam a publicar notícias dando carácter público de que o Partido Socialista conseguiu colocar um médico no Louriçal, os senhores prestam um serviço à democracia tão pobrezinho. No Louriçal ou no Carriço. É que estão, de facto, a mostrar que os Partidos interferem na máquina do Estado, a dirigem, a condicionam – isso, meus amigos, é de um país muito subdesenvolvido, e eu espero que os senhores não achem bem essas coisas. As questões institucionais são institucionais; as opções políticas são as opções políticas. Se os senhores querem fazer do Estado Português um país da nomenclatura em que são os cidadãos do Partido que dirigem as instituições públicas para as condicionarem e pressionarem os membros do Governo, deixe-me dizer-lhe que estamos numa fase ainda muito primária da nossa democracia. Mas, o problema não é do sistema; o problema é dos atores que se prestam a este tipo de serviços, porque uma coisa é expressarmos publicamente as nossas opiniões; coisa completamente diferente é, depois, nós irmos para a rua dizer que foi o PS que pôs lá o médico. Meus amigos, isto é tão ridículo que eu nem vou comentar grande coisa. Até já escreveram, eu mostro-lhe o e-mail daqui a pouco.*

*Sra. Prof.<sup>a</sup> Emília Brito, sobre a questão da potenciação do sucesso escolar, eu não tenho aqui os dados todos de cabeça, não tenho, não tenho os resultados todos de cabeça. Deixe-me dizer que sob o ponto de vista da complementaridade que hoje asseguramos aos Agrupamentos de Escolas ao nível do 1.º ciclo, na psicomotricidade, na ação social, na psicologia e na terapia da fala, temos um conjunto de meios que são preciosos aos Agrupamentos, às famílias, para a progressão dos alunos, e que nos resultados que são possíveis aferir – porque estamos a iniciar agora o terceiro ano, começámos num segundo ano, e portanto, estamos com muito empenho, posso dizer-lhe até que tenho recebido da parte das educadoras do pré-escolar muito entusiasmo para que as técnicas de acompanhamento das crianças que estamos a usar no 1.º ciclo pudessem ser também partilhadas ao nível do pré-escolar, para que dessa forma todas as educadoras pudessem estar atentas a alguns fenómenos que às vezes se manifestam numa altura ainda mais útil para podermos fazer essas intervenções.*

*Sobre as cidades amigas das crianças, deixe-me dizer-lhe que a sua observação não só é muito oportuna, nós estamos agora a fechar – porque o programa de ação tem que ser depois verificado pela Unicef relativamente à verificação do nosso programa, mas nós, antes disso,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*aprovámos aqui todos – o Parlamento de Jovens, a primeira vez que foi feito foi neste mandato, possibilidade de participação de jovens a partir do quinto ano. Eu estive aqui com eles a ouvi-los, com os Srs. Vereadores. Orçamento Participativo, dos poucos Municípios portugueses que optou por começar aos dezasseis anos, foi aqui também neste mandato que se deu esta, como bem referia, uma iniciação à participação dos mais jovens na vida política. E mais, Conselho Municipal de Juventude: quando a Assembleia Municipal aprova o nosso Plano de Atividades e o nosso Orçamento, nós já ouvimos o Conselho Municipal de Juventude, que dá um parecer – que, aliás, faz parte dos elementos que integram. Portanto, temos trabalhado com todas estas entidades, com várias idades, para potenciarmos esta participação dos jovens, que evidentemente as cidades amigas das crianças, e o programa que nos dispusemos a cumprir, nos vai auxiliar bastante a melhorar.*

*O deputado Pedro Brilhante fez aqui observações sobre várias áreas. Eu só quero aqui atualizar a informação dizendo que já tivemos dois encontros no âmbito do Centro de Alto Rendimento de Karaté, organizado pela Federação Portuguesa de Karaté, eu estive na semana passada com oitenta atletas que se preparavam, a partir dos catorze anos até aos seniores, para os campeonatos do mundo e a representação portuguesa – não é bem a seleção – que estará em Tenerife no final do mês que vem. E portanto, estamos também aqui hoje a potenciar as instalações, a utilizar o nosso património e a darmos aqui também uma boa oportunidade para que os nossos clubes melhorem a sua prestação com as experiências que vão tendo.*

*Sr. Presidente da Junta do Louriçal, relativamente às observações, quer no campo da saúde, quer do Centro Escolar do Louriçal, eu agradeço-lhe as suas palavras. Temos um trabalho grande para fazer, dizendo que no Centro Escolar do Louriçal, não fosse também, Sr. Presidente, o seu empenho, e nós não tínhamos conseguido fazer nestes três anos aquilo que estava num nível de desenvolvimento zero. Nós não tínhamos terrenos no Louriçal para ampliar a escola, nós não tínhamos projeto, nós não tínhamos financiamento, nós não tínhamos programa funcional, não tínhamos aprovações de coisa nenhuma. E concebemos tudo isto em três anos, fizemo-lo, inaugurámos e as coisas estão a funcionar. E portanto, muito obrigado pela sua colaboração, e também a todos os membros da Câmara, evidentemente, porque isso é inequívoco nesse sentido de recuperarmos tempo perdido e de avançarmos para o futuro.*

*Sr. Presidente Ilídio Mota, eu fiquei muito sensibilizado com as palavras que nos dirigiu enquanto autarca, enquanto homem que eu sei que devotadamente se entregou ao serviço público, que hoje, neste final do seu terceiro mandato, o faz com um sentido de dever cumprido de elevadíssimo cumprimento, e considero que a prestação que deu enquanto autarca de freguesia é, de facto, um enormíssimo exemplo para o exercício de funções públicas de Presidente de Junta ou outra qualquer. E portanto, as palavras que dirijo a si, dirijo a todos aqueles que aqui estão, e que hoje, também por força dessa circunstância, de opção própria ou limitação de mandatos, o fizeram, mas referindo-me diretamente às suas palavras, queria dizê-lo.*

*O mesmo digo ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, sobre o trabalho realizado.*

*O Sr. Deputado Michael António não me fez questão nenhuma em particular.*

*Sobre as intervenções do deputado Henrique Falcão, dizer que, de facto, elas são dirigidas aos Srs. Deputados. Há casos que eu posso relatar-lhe, onde, de facto, a posição do representante da Assembleia Municipal eleito e das Juntas de Freguesia, em algum caso – por exemplo, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – foram muito relevantes. Eu sei que essa informação deve ser veiculada dentro do órgão, mas permitam-me, talvez, que eu possa também dar aqui uma sugestão ao próprio órgão, que é: se calhar, no próximo mandato, fazia*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*algum sentido, aquando da própria eleição, identificar-se a periodicidade de reporte e as características de reporte que devem ser feitas pelos representantes da Assembleia Municipal em cada uma destas reuniões, de modo a que, para além da informação do Presidente da Câmara, também haja com uma determinada periodicidade reporte dos representantes da Comissão nos diversos órgãos onde estão. E esqueceram-se de outros, porque a Assembleia Municipal também tem representantes no Conselho Intermunicipal, e portanto, também aí há uma informação relevante a dar. E talvez valha a pena, uma vez que são situações novas, introduzir na própria eleição e nas características da seleção de cada um dos representantes da Assembleia – é uma proposta que deixo, é estranha à Câmara, mas eu acho que é um contributo que pode surgir.*

*Ao deputado Ricardo Ferreira, sobre a Lei n.º 64/2017, não tenho nada para lhe acrescentar nesta altura, não tenho nada, e portanto, não lhe vou dizer se está feita uma conclusão, se está feita uma avaliação, não tenho nada para lhe apresentar.*

*Evidentemente que não faço nenhum comentário às observações que dirigiu à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Abiul. Digo-lhe apenas o seguinte: nós não podemos achar que o trabalho realizado é bom porque é feito sob a nossa bandeira, e passa a ser mau quando é feito pela bandeira dos outros. E por isso, também aí lhe recomendava talvez uma melhoria na sua avaliação, porque o trabalho da Sra. Presidente da Junta não passou a ser um trabalho mau porque a Sra. Presidente de Junta optou por outra solução. O trabalho era bom, e era bom ainda antes de o PSD dizer que ele era bom.*

*O Sr. Deputado Carlos Silva – e aqui, nas palavras que dirigiu, dirigia-me agora a todos os membros da Câmara, da Assembleia Municipal, eleitos diretos e aos Srs. Presidentes de Junta, começando por agradecer a colaboração de todos. Eu acho, de facto, que neste mandato, se entre outras coisas se pode fazer aqui alguma avaliação é que, de facto, a Assembleia Municipal passou a ser um órgão que se podia considerar que funcionava com normalidade. Eu acho que isso resulta do papel de todos nós: de quem pergunta, de quem responde, de quem dirige, de quem também tem mais tolerância – eu reparei, por exemplo, que o tempo que hoje decorreu nas intervenções (que hoje não houve grande controlo de tempo, é verdade, mas que decorreu ao longo desta sessão), o tempo dos deputados que se demitiram da sua participação política no PSD correu ali naquele cronómetro sempre como sendo do PSD. E portanto, não foi criado nenhum estatuto especial para os deputados que aqui vieram dizer que eram deputados que estavam com o estatuto de independente. Ora, o estatuto de independente justificava, no meu entendimento, que, de facto, tivesse o tempo dedicado para falarem enquanto independentes. E já nem vou falar para a circunstância de terem sido convocados os Srs. Deputados que se inscreveram em Partido diferente ou constituíram movimentos de cidadãos diferentes daqueles pelos quais tinham sido eleitos, porque isso, o que a Lei estabelece é que perdem o mandato. Mas, pronto, foi dentro desta tolerância democrática, desta normalidade, que tudo se passou, e que eu acho, de facto, que essa tolerância faz sentido, e que dá uma paz a todo o funcionamento deste órgão.*

*Mas, quero terminar agradecendo a colaboração de todos, desejando-vos sinceramente as maiores felicidades a todos – eu acho que, às vezes, é muito fácil nós ficarmos concentrados naquilo que é esta intensidade da discussão política, às vezes partidária, um bocadinho exacerbada, que faz bem, de facto, ter uma reflexão um bocadinho mais aberta, que essa abertura até traz um arejo a esta sala e às discussões que aqui são discutidas muito positivo, que eu acho que ainda podemos progredir bastante, pela renovação que temos sob o ponto de vista das idades, sob o ponto de vista dos Partidos, sob o ponto de vista dos movimentos de cidadãos, acho que há um caminho enormíssimo para progredir, e acho que este mandato, nesse aspeto, no que*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*diz respeito à relação da própria Câmara com a Assembleia Municipal se pautou, ao contrário do que dizia há pouco a Dra. Odete, por uma consideração completamente distinta da Câmara Municipal, procurando responder a cada um dos Srs. Deputados, da forma mais completa possível, e estando sempre disponível para dar esses esclarecimentos, nunca me escondendo atrás de mecanismos regimentais para que isso não acontecesse, nunca pedindo à Bancada que sustenta a maioria para o fazer, e portanto, numa transparência de funcionamento, numa liberdade muito ampla no que diz respeito ao funcionamento da Assembleia. Portanto, agradeço a todos muito a vossa colaboração, porque acho que demos todos um bom contributo para o Poder Local e para a consolidação da democracia no nosso país, e em Pombal, em concreto.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia,** tomou a palavra:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Houve aqui duas inscrições, uma do Sr. Deputado Ricardo Ferreira, em primeiro lugar, e depois, do Sr. Deputado Michael António. Tenha a bondade de usar da palavra, Sr. Deputado.”*

**Ricardo Ferreira,** fez a intervenção que se segue:

*“Só uma nota breve, Sr. Presidente da Câmara: quando fala sobre as pessoas que andam sempre a mudar de Partido, não fale só do deputado António Roque; fale do seu Partido, que tem muito que falar. Quer melhor exemplo? Sandra Barros: há oito anos, candidata nas listas do PS; há quatro anos, CDS; agora PSD. Portanto, isso é a visão que o PSD tem sobre a política como uma missão. Dou-lhe o mesmo conselho que deu à Oposição ainda há pouco: antes de falar, prepare-se melhor.”*

**Michäel António,** fez a intervenção que se segue:

*“Eu pedi a palavra, pode ser em defesa da honra, considerado como tal, porque eu só quero fazer aqui uma precisão, relativamente à intervenção do Presidente da Câmara, no final. E a minha intenção não é, de todo, acicatar aqui os ânimos, até porque todos conhecem a minha postura e a minha forma de estar aqui neste órgão, mas eu tenho que fazer aqui uma correção: a Lei n.º 27/96, no art.º 8.º, n.º 1, diz o seguinte: “Incorrem na perda de mandato os membros autárquicos ou das entidades equiparadas que: c) após eleição se inscrevam em Partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio universal.” E portanto, que se inscrevam em Partido diverso. Eu vou-vos dar um exemplo: eu até podia estar na condição de não candidato, mas sou candidato no próximo ato eleitoral a um órgão autárquico, podia até não o ser, que isso não fazia diferença nenhuma; eu não me inscrevi em Partido diverso do PSD, os cidadãos eleitores, ou grupo de cidadãos eleitores não estão constituídos enquanto Partidos, toda a gente sabe isso, é a Lei Orgânica n.º 1/2001, que faz questão de distinguir muito bem o que é uma coisa e o que é outra, e de estabelecer regras e critérios diferentes para uns e para outros. E portanto, aquilo que o artigo diz taxativa, expressamente, e a letra da Lei é esta, é aquilo que eu acabei de ler. Portanto, eu não estou em condições de perda de mandato, nem qualquer um dos membros que se desfilou do PSD. E portanto, eu queria fazer esta correção. Aliás, o espírito do Legislador, neste caso, está aqui bem patente e evidente, até porque esta Lei foi alterada a última vez em 2015, já os grupos de cidadãos eleitores eram permitidos por Lei. E portanto, se o Legislador quisesse pôr neste artigo, ou nesta alínea, no caso em concreto, também a questão ou a previsão de que, além do Partido diverso, se inscrevessem ou se candidatassem por um grupo de cidadãos eleitores, aí eu dar-lhe-ia toda a razão. Este assunto já foi aqui discutido em fevereiro, a propósito da alegada perda de mandato também do deputado, ou membro da Assembleia, Narciso Ferreira Mota, e eu penso que isso, na altura, ficou aqui bem esclarecido. E portanto, como eu disse, não é para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*acicatar os ânimos – aliás, já houve aqui algumas atoardas e até intervenções de teor eleitoral, e eu nem sequer pedi a palavra para dizer o que quer que fosse, mas queria fazer aqui este reparo, porque dura lex, sed lex, e é o que a Lei diz. E portanto, eu, sinceramente, sinto-me com toda a legitimidade aqui sentado neste salão, e fazendo parte deste órgão.*

*Quanto à utilização dos tempos, sinceramente nem me preocupei com isso. Se o Regimento o prevê ou não prevê, eu acho que não prevê, mas eventualmente até é uma questão para ver no futuro, à semelhança do que se disse aqui das pessoas que são eleitas para algumas funções, e que também pode ser regulado em Regimento.”*

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, que fez a intervenção que se segue:**

*“Muito obrigado.*

*São só duas observações. Sr. Deputado Ricardo Ferreira, nós não podemos achar que estava bem há quatro anos, quando os senhores convidaram a Sra. Presidente da Junta, e que agora passou a estar mal. Portanto, os senhores acharam normal que isso tivesse acontecido há quatro anos, depois de me fazer esse resumo biográfico da Sra. Presidente da Junta. E portanto, se achou bem na altura, hoje, com certeza, por uma questão de coerência, não vai achar mal, acha exatamente a mesma coisa.*

*Sobre a intervenção do Sr. Deputado Michael António, deixe-me dizer, Sr. Deputado, que o meu entendimento é um bocadinho diferente, porque a ética não é o direito. E quem estuda direito sabe essa grande diferença, como o senhor também sabe, que o sentido da letra da Lei é apenas uma das quatro formas com que a norma se interpreta. E o sentido teleológico que a norma tem, o senhor percebe-o tão bem quanto eu, e tem perfeita consciência de que o que o Legislador queria dizer era muito mais do que isso. Vai-me dizer: “Se o Legislador o quisesse ter dito, tinha-o dito.” Eu vou-lhe dizer aquilo que eu penso, aquilo que eu acho correto, porque estamos aqui nesta casa da democracia, e portanto, ninguém levará a mal: eu acho que, de facto, um cidadão que se inscreve e que é eleito por um determinado Partido, que se desenamora do Partido, que fica aborrecido com o Partido, qualquer razão, boa ou má, não interessa, e entende que não deve continuar a representar o Partido, deve sair. Eu sei é que as intenções que estão por trás dessas coisas são outras, e que dá muito jeito às pessoas fazê-lo. Agora, aquilo que eu interpreto é que, de facto, isso não é bom para a democracia. E portanto, não me leve a mal a interpretação, eu vejo desta maneira, se quiser mais radical, a circunstância. Por quê? Porque dava jeito que assim fosse. No dia em que eu entender que não me entendo com o meu Partido, eu garanto que não fico com o mandato que recebi, que o Partido me indicou, que, entretanto, me zanguei com eles, e que fico como independente. Eu falo por mim, acho que sob o ponto de vista ético é uma coisa muito mais importante. E a ética, como bem sabe, vem muito antes do direito; vem muito antes do direito, a não ser que o senhor diga, como dizia esse grande vulto da política portuguesa, Armando Vara, que a ética é o direito. E nós vemos o que é que isso quer dizer.”*

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abiul, Sandra Barros, que fez a intervenção que se segue:**

*“Quero dar aqui uma palavrinha ao meu amigo Ricardo, porque está muito preocupado com Abiul, agora nestes últimos meses preocupou-se, mas até aqui nunca o vi preocupado com Abiul. Quero dizer-lhe o seguinte: quero dizer-lhe que o CDS trabalhou tanto, tanto e tanto em Abiul que nem conseguiu arranjar uma lista em Abiul. Mas, há uma coisa que os Abiulenses se aperceberam que o CDS tem jeito para fazer: jogar caipirinhas para cima das pessoas que foram*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*convidadas e que não aceitaram o convite, e rasgar lemas dos Partidos concorrentes. Para isso, o CDS tem jeito. E há outra coisa que quero dizer: há oito anos, fui convidada para entrar numa lista do PS, sabe porquê? Sabe porque é que eu aceitei? Porque achava que Abiul devia mudar. Infelizmente, há oito anos, as coisas não correram bem, e há quatro anos, tive muito azar. Sabe porquê? Porque depois de eu já ter uma lista feita, apareceu o CDS a pedir, por favor, para nós aceitarmos o convite deles. E as pessoas do CDS são tão boas, tão boas, que até – para não dizer aqui uma asneira – até o número de telefone que cedem atiram à cara neste momento, por causa de nós não aceitarmos o vosso convite.*

*Peço desculpa, Sr. Presidente, já agora vou aproveitar para agradecer ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores, claro, como sempre, a ajuda que nos deram durante estes quatro anos, sim, porque o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores ajudaram-nos a mudar Abiul, e Abiul cresceu muito graças ao apoio também que o Município nos deu. Muito obrigada a todos. Boa sorte para todos. E Ricardo, depois do dia 1 eu vou dar-te a resposta, a ti e não só a ti.*

*Sr. Presidente, só mais uma coisa: o CDS trabalhou tanto há quatro anos, que foi a Sandra Barros, juntamente com outros elementos da lista, que andaram porta a porta a falar com as pessoas e a pedir às pessoas para votarem em nós, porque nós queríamos realmente mudar Abiul, porque o CDS nem sequer lá apareceu.”*

### **Ponto 2 – Período da ordem do dia:**

#### ***Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;***

**Vítor Gomes**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, caros colegas de Assembleia Municipal, público presente, a todos muito boa tarde.*

*Eu vou começar a minha intervenção por agradecer, para já, a esta Assembleia, ao Executivo e ao Sr. Presidente por me terem aturado e as minhas coisas durante estes quatro anos. Sei que sou um indivíduo que não é fácil de aturar, mas paciência.*

*Por outro lado, quero também agradecer especialmente à Dra. Odete o facto de, para além de ter sido uma excelente tribuna, ser uma amiga sempre com intervenções de grande nível, com muita inteligência, com muita serenidade e com muita capacidade interventiva, uma pessoa consensual, de quem muito me orgulho de ser amigo.*

*Passado isto, queria dizer, relativamente ao assunto que me traz aqui, uma primeira coisa: li, não muito atentamente, mas verifiquei, sobretudo no capítulo da informação do Sr. Presidente que se refere à indústria extrativa, que aquilo que lá vem escrito é praticamente copy / paste do que vem escrito nas informações interiores. E eu já uma vez fiz aqui uma intervenção sobre isto, e questionei o Sr. Presidente relativamente aos resultados de tudo o que ali vem escrito. Ali diz que há ações inspetivas, verificações por várias entidades, incluindo a Câmara, naquelas áreas. O que não vem escrito em lado nenhum, nem nunca veio, foram os resultados dessas inspeções. Muito mais do que fazer inspeções – porque isso é papel da Câmara Municipal, que as faça frequentemente – nós gostaríamos de saber quais os resultados, se está toda a gente a cumprir os planos de obra, se está toda a gente a cumprir o que diz a Lei, os que estão e os que não estão. Isso era bom que nós soubéssemos aqui, porque isso é que é relevante para nós.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Uma outra coisa que me traz aqui, também faz parte da informação do Sr. Presidente, que o Sr. Presidente passou o seu mandato a fazer publicidade às suas ações. O senhor, quando vai ali ao Cardal cumprimentar o público, leva o fotógrafo atrás de si, “vocês sabiam que o Sr. Presidente foi cumprimentar o público no Cardal?”, e tal. Pronto, é uma maneira de estar na política. O show off neste mandato é notório. O senhor gosta muito que digam bem das suas ações, mas também tem que ter paciência e ouvir as que não gosta, e aqui vão algumas das que o senhor não gosta. O senhor, naquela informação que dá do “sabiam que”, refere, por exemplo – e vou-lhe dar aqui um exemplo na área da economia, e vou dar-lhe outro exemplo, por exemplo, na área do turismo. Isto não está na informação, está na informação que o senhor presta regularmente no Município. Isto é política, tenha paciência. O senhor refere nesta sua publicidade, nesta sua informação pública, durante o seu mandato: “Sabia que foram vendidos cem mil metros quadrados para criação de quinze empresas?” Isto é tudo muito bonito; e qual foi o resultado da instalação destas quinze empresas, e quantos empregos foram criados? Isso é que nós gostamos de saber, Sr. Presidente. Sabia que visitaram setenta e tal mil pessoas o Castelo?”*

**O Presidente da Assembleia Municipal,** fez a intervenção que se segue:

*“Sr. Deputado, refira-se à informação trimestral.”*

**Vítor Gomes:**

*“Isto é informação do Sr. Presidente. O senhor, que está com esses pruridos todos, e fazem sempre isso; quando não têm tempo para falar no período de antes da ordem do dia – eu não reclamei nada, os senhores ultrapassaram o tempo no período de antes da ordem do dia alguns vinte minutos, nós ultrapassámos um minuto. Os senhores utilizaram isso durante todo o período da Assembleia, quando não tinham tempo para falar no período de antes da ordem do dia, falavam depois. Eu estou a utilizar exatamente o mesmo recurso; exatamente o mesmo recurso. O senhor agora reclama porque eu estou a fazer uma coisa que os senhores, durante quatro anos, fizeram sempre, várias vezes.”*

**Presidente da Assembleia Municipal:**

*“Gostava que não houvesse diálogo. Estamos no Ponto n.º 2.1. Tenha a bondade.”*

**Vítor Gomes:**

*“Então, vou dizer ao Sr. Presidente que nesta do “sabiam que”, também me compete dizer: sabiam que – aquilo que o senhor não gosta de ouvir – sabiam que o saneamento básico do concelho está com uma cobertura de sessenta e dois por cento (62%) no ano dezassete do séc. XXI? Também sabiam isto? Pronto, então é bom que saibam, e é bom que a população em Pombal saiba.”*

**Presidente da Assembleia Municipal:**

*“Sr. Deputado Vítor, podia ter falado disso no período de antes da ordem do dia. Agora é o assunto específico desta informação trimestral. Para isso, tem outra oportunidade.”*

**Vítor Gomes:**

*“O Sr. Presidente devia ter dito isso durante todo o período em que decorreu esta Legislatura, porque em toda esta Legislatura aconteceram situações desta natureza, em toda.”*

**Presidente da Assembleia Municipal:**

*“Mas, todos os que se inscreveram falaram, usaram da palavra. Isso era para o período de antes da ordem do dia.”*

**Vítor Gomes:**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Eu tinha esta intervenção para fazer no período anterior à ordem do dia e fui retirá-la exatamente para respeitar os tempos do período de antes da ordem do dia, que foi aquilo que não fizeram os outros também.”*

**Presidente da Assembleia Municipal:**

*“Mas também, de certo modo, conscientemente também o digo, que esta informação é sobre tudo o que se passa, efetivamente, na Câmara. Termine a sua comunicação rapidamente, se faz favor.”*

**Vítor Gomes:**

*“Então, com licença. Os senhores sabiam, a população do Concelho de Pombal sabia que os rios cada vez estão mais poluídos, e alguma poluição é feita pela Câmara? Também não sabiam. Sabiam que não foi eliminada nenhuma sucateira? Sabiam que o Parque Verde da cidade, prometido há vinte e quatro anos, foi para as calendas gregas? Sabiam que a população do concelho diminuiu?”*

**Presidente da Assembleia Municipal:**

*“Sr. Deputado, mente-se muito na política, e as pessoas têm o direito de esclarecer convenientemente aquilo que, efetivamente, é real. Portanto, eu estou a ouvi-lo, porque já vi hoje aqui mentir muita vez. E como eu também vejo mentir, e não posso tomar opinião, o homem está a dizer verdades – onde é que estão os cem mil metros quadrados, onde é que estão os empregos, onde é que estão as empresas? Isso vai debater-se tudo em pré-campanha e em campanha, mas com realidade, com verdade, com autenticidade, porque o mal da política é nós termos, por exemplo, entre 2009 e 2013, ter quatro mil e quinhentos eleitores a menos a votar, e agora vamos ver quem é que vota, porque até temos muitos candidatos. Vítor, eu gostava que tu fosses rápido.”*

**Vítor Gomes:**

*“Os senhores sabiam que aquele navio que trazia os investidores que vinham do México naufragou, não chegou cá nenhum, ou da América Latina? Esta é muito gira: sabiam que o acordo de cooperação bilateral Pombal – Biscarrosse, anunciado pelo Sr. Presidente com pompa e circunstância, foi por eles denunciado, em menos de um ano, por inação desta Câmara? Eles trabalham, não fazem protocolos para o show off; trabalha-se, e quando se trabalha, tem que se ter atitude em relação às pessoas, e não houve da parte deste Município nada, não se fez nada, estavam à espera sentados para fazer um novo protocolo, daqui por quatro ou três anos, para mais um show off. É aquilo que nós temos verificado nesta Câmara. E mais: o Sr. Presidente da Câmara ficou muito incomodado com esta situação, e ainda foi a Biscarrosse de chapéu na mão pedir “batatinhas” – não sei se foi pedir “batatinhas”, se aquilo que foi – muito consternado por terem denunciado o acordo, que eu acho que este ato é um ato que não dignifica nada o Município nem os seus munícipes. Isto é aquilo que eu penso, e acho que é aquilo que o Partido pensa. A Câmara não tomou uma atitude vertical e digna nesta situação.*

*Vocês sabiam que o Sr. Presidente da Câmara não concorda com a instalação em Pombal de empresas que tragam novas tecnologias, pelo facto de não ter cá gente qualificada para o efeito? Isto brada aos céus. Isto são declarações suas num jornal, não são minhas.”*

**Presidente da Assembleia Municipal:**

*“Sr. Deputado, isso era para o período de antes da ordem do dia.”*

**Vítor Gomes, continuou:**

*“Já falta pouco, eu podia estar aqui a enunciar muitas coisas.*

*Agora, queria também responder ao meu amigo Henrique Falcão. O Sr. Falcão falou aqui no Conselho Municipal de Segurança, nas pessoas que são eleitas para os vários órgãos. Eu por mim respondo: no Conselho Municipal de Segurança, foi tomada posse, houve uma reunião para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*constituição de grupos, e depois não se fez mais nada. Este, como outros órgãos, com certeza só existem na Câmara para dizer que existem.*

*Agora, em relação ao Sr. Presidente, eu podia falar aqui na CIMU-Sicó e em outras coisas por aí fora. O Sr. Presidente disse que gostava de ter tido uma Oposição mais interventiva, mais assertiva, mas nós também gostávamos de ter tido um Presidente da Câmara com menos prosa e mais atitude; gostávamos de ter um Presidente de Câmara que tivesse intervindo mais na economia, que tivesse intervindo mais na criação de emprego, que tivesse intervindo mais no ambiente, e gostávamos de ter tido um Presidente de Câmara mais ativo naquilo que realmente interessa e que é infraestruturante para as pessoas e para o Concelho de Pombal. Nós também gostaríamos de ter tido isso, e não tivemos. E como disse há dias, numa intervenção do meu amigo Aníbal Cardona, os senhores falharam. Falharam. Os senhores não merecem continuar.”*

**António do Nascimento Lopes**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, também o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, meus caros amigos, colegas.*

*Eu também poderia começar por dizer: sabiam que o polo escolar de Pombal é uma referência em Pombal? Também poderia começar por aqui, obviamente. Mas, antes disso, quero dizer-lhes: sabiam que eu me vou embora? É verdade que sim. E sabiam que ando aqui há quarenta e dois anos, desde 1976, a ouvir de um lado, a ouvir do outro, a concordar, a discordar, mas é assim a política, obviamente. E da concórdia e da discórdia, às vezes nós conseguimos chegar a um entendimento, e o fundamental é que isso aconteça.*

*Já agora, dizer-lhes que passados doze anos de Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, não me sinto totalmente realizado, obviamente que não, e provavelmente nunca me sentiria. No entanto, parece-me que estes doze anos foram profícuos no que diz respeito às obras que se fizeram na Junta de Freguesia de Pombal, com a colaboração direta, quer do Eng.º Narciso Mota, quer do Dr. Diogo Mateus, porque se assim não fosse, é óbvio que a Junta de Freguesia manter-se-ia tal qual se manteve muitos anos antes de, efetivamente, o PSD ter tomado posse naquela Junta de Freguesia. Vou-me embora consciente, como disse, do trabalho que executei, e vou-me embora num princípio: é que não voltarei a ser candidato a Presidente de Junta.*

*Mas, é óbvio que também não me quero ir embora sem dizer-vos que o polo escolar de Pombal é, efetivamente, uma obra excelente, é uma obra que dignifica Pombal e todas as crianças, pais, professores e funcionários, já que sempre defendi que o Centro Escolar de Pombal fosse ali, e nunca noutra sítio, e nunca essencialmente no Casarelo. Há bocado foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que o terreno que eventualmente se poderia adquirir noutra lado, noutra sítio, eventualmente no Casarelo, para fazer aquela obra, só o terreno em si provavelmente custaria tanto como a execução da obra. E portanto, eu devo confessar-vos que podem ter acontecido situações menos corretas, podem ter acontecido situações menos agradáveis, mas o essencial e o fundamental é que, realmente, o polo escolar está na sua fase final, no dia 18 as crianças poderão ir para lá, poderão usufruir de todas as condições que aquele polo escolar tem, e não aceito – já o disse na minha Assembleia de Freguesia mais do que uma vez – não aceito que digam que há crianças de primeira e há crianças de segunda. Não, para mim há só crianças de primeira, quer elas estejam no polo escolar, quer elas estejam na Conde Castelo Melhor. As condições que têm são condições fundamentais, condições essenciais para que as crianças se sintam bem, quer num lado, quer noutra.*

*E não quero ir mais longe. Muito obrigado. Até um dia. Eu diria assim: vou continuar a andar por aqui. Muito obrigado.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Jorge Silva**, fez a intervenção que se segue:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, estimados membros da Assembleia, população em geral, comunicação social:*

*Eu vou fazer aqui algumas afirmações, e gostaria de ter a opinião do Sr. Presidente por algumas das referências que faz na sua comunicação.*

*Em primeiro lugar, quero salientar o excelente trabalho da Câmara e dos seus funcionários, que têm realizado para ter esta informação do Sr. Presidente feita.*

*A primeira questão que eu queria saber refere-se à pág. 50, em que está referido o projeto Teleassistência, em que se refere a avaliação do projeto. Gostava de saber como é que está, qual é o ponto da avaliação.*

*Segundo, também os outros dois projetos conjuntos, que são a ATEC e o Banco de Voluntariado “Dar as Mãos”.*

*Por último, quero também salientar e dar os parabéns à Câmara pela realização – isto na pág. 88 – do seminário que vai ser executado em Pombal, de 16 a 22 de setembro, sobre a mobilidade, e mais uma vez seria bom mostrar a mobilidade daquilo que já referi anteriormente, nomeadamente os passeios no viaduto Eng.º Guilherme Santos, quer de um lado, quer do outro, em frente à Cooperativa, e também na zona da Fonte Nova, aquela onde estou mais vezes, a ausência bastante marcada de passeios.*

*É tudo.”*

**José Manuel Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“Obrigado, Sr. Presidente.*

*Não queria deixar passar esta oportunidade para falar sobre uma questão que, de alguma forma, me aflige há algum tempo, e que hoje, com muita surpresa, vejo alguém que não me conhece – primeiro, não me conhece – não conhece o Louriçal, muito menos o Centro de Saúde, e estou a falar aqui de um responsável pelo Partido Socialista, e que é o Sr. Alberto Gameiro. Não conhece o Louriçal, e eu também não o conheço, não é uma pessoa para me avaliar e nunca o poderá fazer, porque eu vivo todos os dias junto àquele Centro de Saúde e vivo o sofrimento – estou aqui a falar de uma questão, que penso que também apelo a esta Assembleia que tenha sensibilidade nisto, que é do povo, não estou a falar de outra coisa. Desculpe, é um apelo que faço também a esta Assembleia. Peço desculpa, deixe-me só terminar, que eu não vou prejudicar ninguém. Só queria alertar o seguinte: a situação que estou aqui a pedir à Assembleia é que ajude o Centro de Saúde do Louriçal a ficar com o problema resolvido, e pelo seguinte: eu sou o Presidente da Junta de Freguesia e fui eleito, não consegui nunca falar com o Diretor do ACES. Então, se falamos de questões políticas, como é que alguém que não pertence e nem nunca foi eleito pelo povo teve ontem um atendimento telefónico pelo Diretor de Saúde? Afinal de contas, como é que estão a tratar o povo? Como é que alguém que diz que o povo do Louriçal está a ser manipulado – o povo do Louriçal sabe bem aquilo que faz, o povo do Louriçal são pessoas inteligentes, mas são sofredoras. Desculpe, Sr. Presidente, deixe-me só terminar. Deixe só terminar uma questão, eu termino só assim num apelo a esta Assembleia, que olhe para o Centro de Saúde do Louriçal como outras situações que são graves, e o apelo às populações que têm o direito da sua defesa. Portanto, se são pessoas de bom senso, façam o favor de não ignorar esta situação, e eu, como Presidente de Junta, estarei sempre nessa.”*

**Manuel Serra**, fez a intervenção que se segue:

*“Sr. Presidente, sobre o Ponto n.º 11.2.1, que se refere à educação, estava previsto o início das obras, o arranque das obras de requalificação da Escola Sede do Agrupamento de Escolas da Guia no final do ano letivo. Ele não ocorreu ainda, e eu gostaria que o Sr. Presidente explicasse à*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Assembleia o que é que está previsto, de que forma é que as obras se preveem decorrer, e quando é que se prevê eventualmente concluir.”*

**Ilídio Mota**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente.*

*Tem sido meu apanágio neste ponto indicar o número das páginas a que me refiro – porque, realmente, não quero fugir ao tema – e são várias (pág. 6, 16, 32, 71, 74, 101, 102, 111, 115), e portanto, gostaria de partilhar convosco alguns trabalhos que destaco nesta atividade que nos é apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara.*

*O destaque especial na área da educação, com a abertura do Centro Escolar do Vermoil. Logo na terça-feira reuni com a comunidade escolar e apresentei os serviços prestados pela Junta e os que estão protocolados com o Município, desde os transportes escolares, para os quais o Município nos apoiou financeiramente com a aquisição de três viaturas para o efeito, uma em 2015, e duas que estão a ser agora estreadas, para um universo de quarenta crianças que procuram este serviço, as refeições escolares para noventa e uma crianças, atividades de enriquecimento curricular e tempos livres. Ontem iniciaram as aulas de forma extraordinária, com grande felicidade, não só das crianças, mas também dos pais, dos professores, educadores e auxiliares, que louvaram este investimento. Todos os espaços são utilizados, tudo se encheu de alegria, as condições são as melhores, espaços modernos, equipamento sofisticado, tudo perfeitamente adaptado e com um grande espaço exterior onde podem brincar e dar asas à imaginação, o que as deixa crescer de forma extraordinária. Os acessos ao Centro Escolar e os parqueamentos funcionam em pleno e em segurança, coisa que só aqui se consegue. Muitos pais ontem e hoje me disseram como era possível isto no centro de Vermoil, com todo o movimento de entrada e saída de carros, as crianças a movimentarem-se dos carros para a escola, da escola para o carro; se fosse no centro de Vermoil não dava. Aqui conseguiu-se a centralidade e as melhores condições. O Centro Escolar de Vermoil tem funcionamento em início de julho, com o ATL de verão, onde participaram cem crianças, e para o qual contámos com o apoio do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais e do Município de Pombal, que se envolveu na atividade com a cedência das instalações, disponibilização das Piscinas Municipais, visitas ao Castelo e aos museus, que também estão aqui registadas nesta atividade. Nestes meses em que tem sido utilizado o Centro Escolar de Vermoil, este foi um investimento totalmente realizado nos últimos três anos, revelando-se uma enorme mais valia para a freguesia, equipado com o que de mais avançado há e que melhor contribuirá para o sucesso escolar. E isto foi possível graças às diretrizes e objetivos que o Sr. Presidente da Câmara determinou, e com o trabalho de excelência da equipa da educação do Município de Pombal, designadamente a Dra. Paula Cardoso, a Brigitte e a Natalie, tal como da parte da Biblioteca Municipal, que preparou a Biblioteca Escolar.*

*Esta é uma obra estruturante e vai sem dúvida contribuir para a escolha de novas famílias residirem em Vermoil, onde há creche, onde há facilidade de encontrar propriedades com preços competitivos, onde tudo o que é primário está feito, desde saneamento básico e abastecimento de água, com excelentes estradas que estão aqui também elencadas nesta atividade, que foram feitas também algumas agora, e rápido acesso a Leiria e a Pombal, uma terra onde há cultura, onde há história, onde há património, onde há qualificação urbana e serviços disponíveis a todos os níveis, até a Extensão de Saúde funciona bem, com uma excelente médica, tal como a Sra. Enfermeira e a auxiliar simpática e competente. Tudo isto é possível graças à política seguida pelo Município de Pombal, ao desfolharmos esta atividade aqui apresentada em muitas páginas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Queria destacar também as atividades desenvolvidas em termos da floresta, que se têm vindo a intensificar ano após ano, ainda com mais âmbito, designadamente na dinamização das Brigadas de Vigilância Florestal e de Primeira Intervenção, que em Vermoil contam com trinta e cinco voluntários e no concelho chegam aos cento e cinquenta, as faixas de gestão de combustível que este ano duplicaram em área, a beneficiação dos caminhos florestais, com o alargamento e descontinuidade das árvores para maior facilidade de retenção em caso de incêndio e a sensibilização de toda a comunidade. E este trabalho a nível da floresta tem tido resultados práticos: nos últimos anos não têm havido ignições em Vermoil, e nos últimos onze não houve incêndios em Vermoil; existiram apenas pequenas ignições que rapidamente foram extintas graças ao trabalho dos nossos Bombeiros Voluntários de Pombal, dos meios aéreos e do GIPS da GNR, sendo que no Concelho de Pombal, de ano para ano, tem sido cada vez menos dramático o problema dos incêndios, que este ano foi aterrador a nível nacional. Fomos poupados em relação a outros concelhos. Foi sorte, poderemos dizer, mas eu digo que para ter sorte é preciso trabalhar por ela, e o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora, Dra. Catarina Silva, criaram diretivas, definiram objetivos, e foram colocados em prática com sucesso e com a dedicação de muitos voluntários e de muito trabalho, bem como com a colaboração de muitos proprietários. Deixo publicamente um agradecimento a todos os que contribuíram para que neste verão a floresta no Concelho de Pombal tenha sido mantida verde, contando com todos para que assim continue, não só o resto deste verão, mas por muitas décadas.*

*Uma nota final, com um exemplo que gostaria que fosse seguido por muitas famílias que têm património histórico: uma família de quatro irmãos – os Srs. Manuel da Silva João, Amadeu da Silva João, Aldina João Jorge e Albino da Silva João – doaram ao Município de Pombal o antigo moinho situado na localidade de Abrolho, em Vermoil, sem qualquer contrapartida. Bem-haja a esta família. Este é um património da nossa cultura que assim fica público, e do qual esperamos a sua recuperação, para que as gerações vindouras possam visitar e não se perder uma parte da nossa identidade.”*

### **O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que fez a intervenção que se segue:**

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou procurar cingir-me às matérias que dizem respeito à informação que foi prestada.*

*E sobre a primeira, indústria extrativa, as consequências das ações inspetivas às explorações mineiras: como os Srs. Deputados sabem, esta é uma informação onde se sintetizam as informações dos trabalhos realizados. Se algum dos Srs. Deputados quiser conhecer em detalhe alguma destas iniciativas, faz o favor de identificar qual quer, tem acesso ao processo, porque se nós viermos aqui fazer o descritivo de todas as conclusões, de todos os processos, de todos os licenciamentos, de todas as empreitadas, de todas as aquisições, de todos os processos administrativos que pendem nesta Câmara, esta informação é impossível de ser lida. E portanto, Sr. Deputado, identifique exatamente qual é a ação que quer conhecer, terá acesso ao relatório, e portanto, esteja à vontade relativamente à procura dessas informações – que, aliás, estendo esta informação mesmo às perguntas do Dr. Jorge Silva; isto é, se existe uma equipa da Divisão de Educação e Ação Social que acompanha a Teleassistência, o que é que esta equipa faz? Verifica: os utilizadores que estão hoje ligados continuam ligados? Há mais pedidos? Por regra, não temos aqui o saldo, dizendo: temos catorze, saíram dois, entraram dois em janeiro ou em fevereiro, ou são daquela freguesia. Por isso é que eu vos digo: eu acho que é importante – e reitero aquilo que disse há pouco relativamente à informação sobre a prestação da informação*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*dos representantes da Assembleia Municipal em comissões: o modelo de reporte que a Assembleia queira ter é o reporte que a Câmara fará enquanto eu for Presidente, e só posso responder por mim. Isto é, se os senhores disserem assim: “Sr. Presidente, eu acho que é importante, relativamente à indústria extrativa, haver um descritivo das ações inspetivas e a respetiva conclusão, ou as principais conclusões”, e ele será incluído. Se os senhores disserem que querem que seja sobre os licenciamentos dos loteamentos, sobre as obras particulares, sobre a contratação de pessoas, sobre uma empreitada qualquer, podemos fazê-lo. Agora, a informação que aqui está é esta; isto é, há um banco de ajudas técnicas, o que significa que existe um grupo de técnicos – uma pessoa, no caso concreto – que acompanha os pedidos que nos são feitos. Quer a Assembleia conhecer? Olhe, pediram-se quatro andarilhos, uma cama articulada, cinco muletas e mais não sei o quê? Não me parece que seja esta a informação relevante. Se entenderem que vale a pena, não vejo inconveniente nenhum, terá que ser uma matéria já para a próxima Câmara Municipal responder na Assembleia Ordinária de dezembro ou novembro.*

*Sobre o acesso ao viaduto Guilherme Gomes dos Santos, de facto, esse projeto desenvolveu-se, não está terminado, e portanto, também não vai ser lançado agora porque não há condições para isso, e portanto, é um processo que está na Estradas de Portugal à apreciação. É deles? Pronto, estamos nesta situação.*

*Sobre as dúvidas que aqui foram levantadas relativamente às vendas de lotes nos parques industriais, os Srs. Deputados que queiram conhecer – aliás, o Sr. Presidente da Assembleia já fez esse pedido e já o recebeu, estão aqui as cópias, estão aqui os três relatórios que foram pedidos, do Parque Industrial Manuel da Mota, da Zona Industrial da Guia e da Zona Industrial do Lourical, dos contratos-promessa, das vendas, das escrituras, está aqui tudo identificado. Se algum dos Srs. Deputados quiser ter acesso a estes documentos para poder concluir onde são, quem são as empresas, por quanto é que foi vendido, onde é que estão localizadas, e consequentemente quiser conhecer os licenciamentos das obras particulares que estão anexados a estes processos, estejam à vontade, essa é a vossa missão de fiscalização. E portanto, esses documentos estão aqui, são verdadeiros, o dinheiro entrou na Câmara, os lotes existem e estão aqui para quem quiser conhecer ficar o mais tranquilo possível sobre este assunto.*

*O Sr. Presidente da Junta da Guia fez referência ao arranque da obra na Escola Secundária da Guia. Eu disse há pouco, quando respondi à Dra. Odete Alves, que o processo teve um pedido de esclarecimento do Tribunal de Contas relativo, entre outros – o mais difícil era este, que foi o que demorou mais tempo a responder – relativamente à titularidade dos terrenos onde a obra ia ser feita. Este processo teve que ser solicitado à DGEstE, que não tinha o património bem registado, que teve que proceder a esses registos todos junto da Direção Geral do Património, com os atrasos todos que são consequentes. Precisamente por quê? Porque era preciso juntar esse elemento para que o Tribunal de Contas verificasse da propriedade do terreno, que o acordo celebrado entre o Município e o Ministério era suficiente para podermos entrar naquela obra, e que depois tínhamos também as autorizações devidas da Câmara e da Assembleia, e a previsão orçamental correspondente. E portanto, era um processo material. Esse processo já foi respondido, estamos a aguardar que o Tribunal de Contas nos possa responder. A obra tem catorze meses de duração. Nós evidentemente que teríamos preferido – aliás, o programa que tínhamos estabelecido era que a obra arrancasse no final do passado ano letivo, em maio ou junho, para que começássemos a fazer os trabalhos num dos módulos o mais depressa possível, para podermos trabalhar durante as férias sem grande prejuízo para os alunos. Há estas questões burocráticas que nem sempre nos ajudam, temos que viver com elas e ultrapassar da melhor forma possível. De qualquer modo, o pedido que tinha sido já feito à Direção do*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Agrupamento foi que, na composição das turmas e na gestão do número de salas disponíveis, tivessem em consideração que, apesar de podermos começar em período de férias, durante a decorrência do ano letivo teríamos que fazer alguma intervenção, e portanto, teriam que haver ali salas que teriam que ficar disponíveis, ou algum módulo que seria totalmente intervencionado, os alunos utilizariam aquele espaço para depois poder utilizar outros espaços, porque o que ficou pressuposto desde o início foi que a obra decorreria sem interrupção letiva. E portanto, é isso que vamos procurar fazer.*

*Sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Vermoil, eu agradeço-lhe o reconhecimento do trabalho das equipas da Câmara. E de facto, Vermoil é, por exemplo, um bom caso em que o arranque do ano letivo se processa num processo de grande normalidade, até atendendo à circunstância de ter alunos oriundos de três estabelecimentos de ensino diferentes, com encerramento também de pré-escolas, e portanto, com o processo bastante tranquilo.”*

***Ponto n.º 2.2, Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (1.º semestre de 2017) – Para Conhecimento***

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia apreciou o documento proposto.**

***Ponto n.º 2.3, Apreciação do Relatório de Auditoria ao Armazém do Município de Pombal n.º 1/2014 de 10/01/2014 - apreciação final, ao abrigo da alínea alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 109/GJC/17, do Gabinete Jurídico e Contencioso, datada de 30/06/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Ação de Auditoria - Armazém - Relatório/Apreciação Final*

*Exmº Senhor Presidente,*

*Na sequência do despacho exarado por V. Exª, a propósito da apresentação do Relatório/Apreciação Final, elaborado no âmbito da ação de auditoria melhor identificada em epígrafe, designadamente no sentido da emissão de entendimento quanto à pertinência da*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*aplicação do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cumpre referir que o mencionado preceito faz alusão expressa à “competência” do Senhor Presidente de “Dar conhecimento à câmara municipal e enviar à assembleia municipal cópia dos relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade da câmara municipal e dos serviços do município (...)” (c/ itálico n/).*

*A competência, em Direito Administrativo, consiste no conjunto de poderes que uma autoridade pública (administrativa) tem, por lei, para praticar determinado atos e tomar determinadas decisões, sendo que, no caso vertente, estaremos em face de uma competência em razão da matéria, que se traduz num poder-dever, do qual deriva a necessidade de atuar.*

*Importa sublinhar que o preceito não define nem o caráter das ações tutelares ou auditorias, nomeadamente se serão internas ou externas, nem faz qualquer restrição no que respeita à entidade que determinou a respetiva realização.*

*Em face do que se acaba de valorar e atendendo a que os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal são os órgãos representativos dos municípios, tendo todo o interesse em acompanhar a atividade dos serviços, considera-se que o Senhor Presidente deverá, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar conhecimento ao órgão Câmara Municipal e enviar ao órgão Assembleia Municipal cópia do presente Relatório/Apreciação Final.*

*Salvo o devido respeito por opinião contrária, é este o meu parecer.*

*À consideração superior;"*

*Insito na informação encontra-se o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que é do seguinte teor:*

*"À reunião. Após conhecimento da Câmara remeta-se à A.M. Digo remeta-se aos membros da A.M.*

*2017.07.04*

*Assinatura ilegível*

*(Diogo Alves Mateus)"*

*O Senhor Presidente informou a Câmara de que o Relatório já tinha sido remetido a todos os membros da Assembleia Municipal.*

*Junto à informação encontra-se o Relatório n.º 1/2014 de 10/01/2017 do Gabinete de Auditoria Interna e Planeamento, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.*

*A Câmara tomou conhecimento."*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto n.º 2.4, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre os encargos na área da Educação – Ano letivo 2017/2018***

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que disse estar disponível para prestar os esclarecimentos que entendessem, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*“Foi presente à reunião a informação n.º 97/SE/17, da Secção de Educação, datada de 05/09/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Encargos na Área da Educação – Ano Letivo 2017/2018*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Exma. Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente,

Conforme alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Município detém atribuições em matéria de educação. Considerando os Contratos Interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia em outubro de 2014 e respetivos aditamentos, e os Protocolos de Colaboração com as Associações de Pais e IPSS's, referente às competências de Atividades de Animação e Apoio à Família – Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Atividades de Enriquecimento Curricular, Transporte Escolar dos alunos do 1º C iclo e Ação Social Escolar, serve o presente para informar o montante executado no ano letivo 2016/2017, conforme documentos anexos, assim como a previsão de encargos para o ano letivo 2017/2018.

Assim, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, sugere-se, caso V. Ex.<sup>a</sup> assim o entenda, que a presente informação seja remetida à reunião de Câmara, no sentido de deliberar solicitar à Assembleia Municipal a autorização para alteração aos valores deliberados em Assembleia Municipal de 25/09/2014, subjacentes à assinatura dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia referentes à delegação de competências acima identificadas, em conformidade com os valores previstos executar no ano letivo 2017/2018, por componente e freguesia, de acordo com os quadros que se seguem:"

Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular				
Ano Letivo 2017/2018				
Entidades Parceiras	Nº Alunos	Set. a Dez 2017	Jan. a Jun. 2018	TOTAL
A Ribeirinha - Assoc. de Encarreg. de Educação de Carnide	65	2 640,00 €	5 280,00 €	7 920,00 €
APA - Associação Encarregados de Educação de Meirinhas	88	3 500,00 €	7 000,00 €	10 500,00 €
Associação Promoção Social Desportiva, Recreativa e Cultural da Moita do Boi	30	1 250,00 €	2 500,00 €	3 750,00 €
Freguesia de Abiul	54	2 270,00 €	4 540,00 €	6 810,00 €
Freguesia de Almagreira	53	2 270,00 €	4 540,00 €	6 810,00 €
Freguesia de Carriço	94	3 850,00 €	7 700,00 €	11 550,00 €
Freguesia de Lourçal	86	3 350,00 €	6 700,00 €	10 050,00 €
Freguesia de Pelariga	82	3 500,00 €	7 000,00 €	10 500,00 €
Freguesia de Pombal	537	22 000,00 €	44 000,00 €	66 000,00 €
Freguesia de Redinha	45	1 900,00 €	3 800,00 €	5 700,00 €
Freguesia de Vermoil	52	2 080,00 €	4 160,00 €	6 240,00 €
Freguesia de Vila Cã	32	1 390,00 €	2 780,00 €	4 170,00 €
União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca	156	6 000,00 €	12 000,00 €	18 000,00 €
União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	113	4 450,00 €	8 900,00 €	13 350,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>1487</b>	<b>60 450,00 €</b>	<b>120 900,00 €</b>	<b>181 350,00 €</b>

Atividades de Animação e Apoio à Família							
2017/2018							
Entidades Parceiras	Set. a Dez 2017	Almoços	Prolongamento	Jan. a Jun. 2018	Almoços	Prolongamento	TOTAL



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Freguesia de Abiul	6 000,00 €	4 000,00 €	2 000,00 €	8 200,00 €	5 500,00 €	2 700,00 €	14 200,00 €
Freguesia de Almagreira	6 500,00 €	4 500,00 €	2 000,00 €	11 000,00 €	8 000,00 €	3 000,00 €	17 500,00 €
Freguesia de Carnide	10 200,00 €	4 500,00 €	5 700,00 €	17 100,00 €	8 600,00 €	8 500,00 €	27 300,00 €
Freguesia de Carriço	10 800,00 €	6 600,00 €	4 200,00 €	17 500,00 €	11 300,00 €	6 200,00 €	28 300,00 €
Freguesia de Lourçal	17 000,00 €	8 500,00 €	8 500,00 €	29 000,00 €	15 000,00 €	14 000,00 €	46 000,00 €
Freguesia de Meirinhas	10 500,00 €	5 500,00 €	5 000,00 €	19 000,00 €	10 000,00 €	9 000,00 €	29 500,00 €
Freguesia de Pelariga	10 500,00 €	5 000,00 €	5 500,00 €	16 500,00 €	8 500,00 €	8 000,00 €	27 000,00 €
Freguesia de Pombal	38 500,00 €	19 000,00 €	19 500,00 €	67 500,00 €	33 500,00 €	34 000,00 €	106 000,00 €
Freguesia de Redinha	6 200,00 €	3 200,00 €	3 000,00 €	9 500,00 €	5 000,00 €	4 500,00 €	15 700,00 €
Freguesia de Vermoil	7 500,00 €	4 000,00 €	3 500,00 €	13 000,00 €	7 000,00 €	6 000,00 €	20 500,00 €
Freguesia de Vila Cã	6 200,00 €	3 500,00 €	2 700,00 €	10 500,00 €	6 500,00 €	4 000,00 €	16 700,00 €
União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca	11 000,00 €	6 000,00 €	5 000,00 €	21 000,00 €	12 000,00 €	9 000,00 €	32 000,00 €
União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	14 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	22 000,00 €	11 000,00 €	11 000,00 €	36 000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>154 900,00 €</b>	<b>81 300,00 €</b>	<b>73 600,00 €</b>	<b>261 800,00 €</b>	<b>141 900,00 €</b>	<b>119 900,00 €</b>	<b>416 700,00 €</b>

### *Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico*

Entidades Parceiras	Set. a Dez 2017	Jan. a Jun. 2018	TOTAL
A Ribeirinha - Assoc. de Encarreg. de Educação de Carnide	5 800,00 €	10 200,00 €	16 000,00 €
APA - Associação Encarregados de Educação de Meirinhas	6 400,00 €	9 600,00 €	16 000,00 €
Associação Promoção Social Desportiva, Recreativa e Cultural da Moita do Boi	2 500,00 €	4 500,00 €	7 000,00 €
Freguesia de Abiul	2 700,00 €	5 400,00 €	8 100,00 €
Freguesia de Almagreira	3 500,00 €	7 000,00 €	10 500,00 €
Freguesia de Carriço	7 500,00 €	13 500,00 €	21 000,00 €
Freguesia de Lourçal	7 100,00 €	9 900,00 €	17 000,00 €
Centro Social e Paroquial da Pelariga	6 500,00 €	11 500,00 €	18 000,00 €
Freguesia de Pombal	17 000,00 €	27 000,00 €	44 000,00 €
Freguesia de Redinha	2 000,00 €	3 000,00 €	5 000,00 €
Freguesia de Vermoil	3 000,00 €	7 000,00 €	10 000,00 €
Freguesia de Vila Cã	3 300,00 €	5 700,00 €	9 000,00 €
União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca	12 500,00 €	23 500,00 €	36 000,00 €
União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	8 500,00 €	16 500,00 €	25 000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>88 300,00 €</b>	<b>154 300,00 €</b>	<b>242 600,00 €</b>

Transporte Escolar dos alunos do 1º ciclo						
2017/2018						
Entidades Parceiras	Nº Alunos	Nº motoristas	Nºauxiliares	Set. a Dez 2017	Jan. a Jun. 2018	TOTAL
Freguesia de Abiul	52	4	0	10 000,00 €	16 000,00 €	26 000,00 €
Freguesia de Almagreira	55	2	2	7 000,00 €	13 000,00 €	20 000,00 €
Freguesia de Carnide	43	2	2	8 000,00 €	10 500,00 €	18 500,00 €



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Freguesia de Carriço	46	2	2	9 000,00 €	13 000,00 €	22 000,00 €
Freguesia de Lourçal	36	1	1	5 500,00 €	7 500,00 €	13 000,00 €
Freguesia de Pombal	35	2	2	6 500,00 €	8 500,00 €	15 000,00 €
Freguesia de Redinha	30	2	2	4 500,00 €	7 500,00 €	12 000,00 €
Freguesia de Vermoil	20	1	0	3 000,00 €	5 000,00 €	8 000,00 €
Freguesia de Vila Cã	39	1	1	5 000,00 €	10 000,00 €	15 000,00 €
União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca	23	1	1	4 500,00 €	6 500,00 €	11 000,00 €
União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	65	4	4	12 500,00 €	19 500,00 €	32 000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>75 500,00 €</b>	<b>117 000,00 €</b>	<b>192 500,00 €</b>

Ação Social Escolar - Almoços										
Entidade	Nº Alunos			Setembro a Dezembro 2017			Janeiro a Junho 2018			Total
				Esc. A	Esc. B	total	Esc. A	Esc. B	total	
Assoc.Prom. Social Cult. Rec. Desp. Moita Boi	8	9	17	747,52 €	420,48 €	1 168,00 €	1 249,76 €	702,99 €	1 952,75 €	3 120,75 €
Associação de Pais - APA	8	21	29	747,52 €	981,12 €	1 728,64 €	1 249,76 €	1 640,31 €	2 890,07 €	4 618,71 €
Associação de Pais Ribeirinha	9	22	31	840,96 €	1 027,84 €	1 868,80 €	1 405,98 €	1 718,42 €	3 124,40 €	4 993,20 €
Centro Social da Pelariga	8	10	18	747,52 €	467,20 €	1 214,72 €	1 249,76 €	781,10 €	2 030,86 €	3 245,58 €
União de Freg. Guia, Ilha e Mata Mourisca	24	50	74	2 242,56 €	2 336,00 €	4 578,56 €	3 749,28 €	3 905,50 €	7 654,78 €	12 233,34 €
Freguesia da Redinha	5	9	14	467,20 €	420,48 €	887,68 €	781,10 €	702,99 €	1 484,09 €	2 371,77 €
Freguesia de Abiul	12	15	27	1 121,28 €	700,80 €	1 822,08 €	1 874,64 €	1 171,65 €	3 046,29 €	4 868,37 €
Freguesia de Almagreira	10	13	23	934,40 €	607,36 €	1 541,76 €	1 562,20 €	1 015,43 €	2 577,63 €	4 119,39 €
Freguesia de Pombal	140	150	290	13 081,60 €	7 008,00 €	20 089,60 €	21 870,80 €	11 716,50 €	33 587,30 €	53 676,90 €
União de Freg. Santiago e S. Simão litém e Alberg. Doze	20	36	56	1 868,80 €	1 681,92 €	3 550,72 €	3 124,40 €	2 811,96 €	5 936,36 €	9 487,08 €
Freguesia de Vermoil	12	15	27	1 121,28 €	700,80 €	1 822,08 €	1 874,64 €	1 171,65 €	3 046,29 €	4 868,37 €
Freguesia de Vila Cã	10	13	23	934,40 €	607,36 €	1 541,76 €	1 562,20 €	1 015,43 €	2 577,63 €	4 119,39 €
Freguesia do Carriço	16	19	35	1 495,04 €	887,68 €	2 252,38 €	2 499,52 €	1 484,09 €	3 983,61 €	6 235,99 €
Freguesia do Lourçal	18	22	40	1 681,92 €	1 027,84 €	2 709,76 €	2 811,96 €	1 718,42 €	4 530,38 €	7 240,14 €
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>404</b>	<b>704</b>	<b>28 032,00 €</b>	<b>18 874,88 €</b>	<b>46 776,54 €</b>	<b>46 866,00 €</b>	<b>31 556,44 €</b>	<b>78 422,44 €</b>	<b>125 198,98 €</b>

### Resumo de verbas a transferir pelo município para as JF/UF:

Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular				
JF/UF	Nº Alunos	Set. a Dez 2017	Jan. a Jun. 2018	TOTAL
<b>TOTAL</b>	<b>1304</b>	<b>53 060,00 €</b>	<b>106 120,00 €</b>	<b>159 180,00 €</b>



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Atividades de Animação e Apoio à Família							
JF/UF	Set. a Dez 2017	Almoços	Prolong.	Jan. a Jun. 2018	Almoços	Prolong.	TOTAL
TOTAL	154 900,00 €	81 300,00 €	73 600,00 €	261 800,00 €	141 900,00 €	119 900,00 €	416 700,00 €

Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico			
JF/UF	Set. a Dez 2017	Jan. a Jun. 2018	TOTAL
TOTAL	67 100,00 €	118 500,00 €	185 600,00 €

Transporte Escolar dos alunos do 1º ciclo						
JF/UF	Nº Alunos	Nº motoristas	Nº auxiliares	Set. a Dez 2017	Jan. a Jun. 2018	TOTAL
TOTAL	444	22	17	75 500,00 €	117 000,00 €	192 500,00 €

Ação Social Escolar 1º CEB - Almoços										
JF/UF	Nº Alunos			Set. a Dez. 2017			Jan. a Jun. 2018			Total
	Esc. A	Esc. B	total	Esc. A	Esc. B	total	Esc. A	Esc. B	total	
TOTAL	267	342	609	24 948,48 €	15 978,24 €	40 926,72 €	41 710,74 €	26 713,62 €	68 424,36 €	109 351,08 €

*À consideração superior."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual de redação, solicitar à Assembleia Municipal autorização para alteração aos valores subjacentes à assinatura dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia, aprovados em Assembleia Municipal de 25/09/2014."*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto n.º 2.5 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Reconhecimento do Interesse Público Municipal ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais - Decreto Lei n.º 165/2014 - de 05 de novembro: José Maria Mendes***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 106/DUP/17, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 03/08/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Reconhecimento do Interesse Público Municipal ao abrigo do regime excecional de regularização de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, operações*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*de gestão de resíduos e de revelação e aproveitamento de massas minerais - Decreto Lei n.º 165/2014 - de 05 de novembro: JOSÉ MARIA MENDES*

*O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.*

*O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração e/ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.*

*Neste enquadramento vem o Sr. JOSÉ MARIA MENDES, NIF135007429, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, 3100-042 Abiúl, concelho de Pombal, solicitar a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, com vista à regularização da sua exploração pecuária, localizada na Quinta do Aduguete, freguesia de Pombal, designadamente o edifício existente (r/chão e 1.º andar) destinado a exploração pecuária - bovinos (estábulo), armazém (palha e fenos), arrumos e WC. O edifício em causa encontra-se implantado numa parcela com 32400m<sup>2</sup>, com área de construção de 907,1m<sup>2</sup>, distribuídos por r/chão - 814,5m<sup>2</sup> e 92,6m<sup>2</sup> respeitantes ao 1.º piso.*

*Como antecedentes foi apresentado nos serviços municipais, para o local em causa, um pedido de legalização de armazém agrícola (Proc. 1287/16), o qual foi objeto de pedido de esclarecimentos, por parte dos serviços municipais, face ao uso e ocupação existente, sendo esclarecido pelo requerente, que se trata efetivamente de um edifício adstrito à atividade pecuária.*

*De acordo com a informação constante do processo mencionado, “as obras foram realizadas após a aprovação do projeto por este Município em 5/11/93, constante do processo n.º 647/93, apesar do requerente não ter procedido ao levantamento do respetivo título para a realização de obras (alvará de licença). Àquela data, o edifício foi licenciado para apoio à atividade agrícola”. Face ao mencionado, encontra-se o processo de obras de legalização, por ser enquadrável no âmbito do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, “pendente até à deliberação da respetiva conferência decisória”, conforme despacho datado de 2017/06/08, que integra o processo 1287/16.*

*De acordo com a 1ª Revisão do PDM de Pombal, publicada sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de abril, e com a da Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) publicada pela Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro, verifica-se que o edifício objeto de regularização, se encontra em Solo Rural- Espaço Agrícola de Produção, abrangido por Estrutura Ecológica Municipal-complementar tipo I, condicionado por Reserva Agrícola Nacional, e por Reserva Ecológica Nacional, na tipologia Área de Máxima Infiltração.*

*Após a aferição do cumprimento dos parâmetros urbanísticos verificou-se que a exploração cumpre com os índices de ocupação, utilização e impermeabilização, 2.51%, 2.8%, e 2.51%, respetivamente, estabelecidos para a categoria de espaço na qual se encontra.*

*A exploração pecuária encontra-se a 142 metros da Área de Edificação Dispersa, pelo que não cumpre assim o afastamento mínimo de 200 metros estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 59.º do Regulamento do PDM - Pombal.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*De salientar que o edifício a regularizar não cumpre o afastamento de 5 metros às extremas da parcela, conforme estabelecido no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) em vigor.*

*Atendendo aos elementos apresentados, é possível aferir que:*

- *A exploração em apreço, de Classe 2, desenvolve a sua atividade na CAE 1420 – Criação de Outros Bovinos (exceto para produção de leite), desde 1993, com reinício de atividade em 2015-12-02;*
- *É composta por um edifício constituído por estábulo coberto, armazém de palhas e fenos e um espaço exterior destinado a exploração extensiva ao ar livre;*
- *Foi apresentado nos serviços municipais, um pedido de obras legalização (Proc. 1287/16), encontrando-se o mesmo, por ser enquadrável no âmbito do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, “pendente até à deliberação da respetiva conferência decisória”, conforme despacho datado de 2017/06/08, que integra o processo 1287/16;*
- *De acordo com informação do requerente, o edifício foi construído de acordo com o projeto aprovado por este Município em 5/11/93, constante do processo n.º 647/93, pese embora o requerente não tenha procedido ao levantamento do respetivo título para a realização de obras (apoio à atividade agrícola). Contudo, após análise do processo 1287/16, “verifica-se que a edificação não se encontra concluída em conformidade com o projeto proposto, nomeadamente no que diz respeito aos revestimentos exteriores”.*
- *Possui apenas um trabalhador, o proprietário da exploração;*
- *O abastecimento de água provém de furo com autorização de utilização n.º A012805.2016.RH4A;*
- *Foi indicada uma faturação em 2016 de 5404€, e em 2017, de janeiro à presente data, de 2000€.*

*Face ao anteriormente mencionado e aos elementos fornecidos, tendo em vista a fundamentação do eventual reconhecimento de interesse público por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, procedeu-se à ponderação de um conjunto de fatores económicos, sociais e ambientais em presença, assim como à ponderação de um conjunto de indicadores de apoio à decisão, tendo por base o preceituado na Constituição da República Portuguesa, bem como os princípios gerais da Administração Pública, conforme parecer jurídico emitido, com vista à clarificação dos critérios a utilizar na atribuição do interesse público, datado de 25 de fevereiro de 2015, a saber:*

Fatores	Ponderação
<b>Fatores Económicos</b>	
Indicação do volume de investimento realizado	370.000€- realizado 50.000€ - a realizar
Demonstração de procura de mercado	Sem informação
Existência de impactes em atividades conexas, a montante ou a jusante (possibilitar a dinamização/criação de atividades económicas em complementaridade que acrescentam valor ao produto ou que venham a possibilitar a sua produção com valor acrescentado; i.e. atividades não ligadas diretamente à atividade produtiva mas que acrescentam valor para a economia)	“contribui de forma indireta para a manutenção de vários postos de trabalho tais como prestadores de serviços e apoio técnico” “Atividade Complementar à Nutrapon, L.da., na melhoria da qualidade da ração”
Indicação da faturação da empresa ou estabelecimento nos últimos dois anos	2015- Sem faturação 2016- 5.404€ 2017- 2.000€
Existência de produtos certificados	Não
<b>Fatores sociais</b>	
Aferição do número de postos ex novo diretamente pela realização do investimento no objeto de declaração de interesse público	Mão de obra assegurada por 1 trabalhador (proprietário) “com a ajuda de mão de obra familiar” “Poderão surgir necessidades de



## MUNICÍPIO DE POMBAL

	realização de investimento que originarão empregos indiretos”
Ponderação do conjunto de respostas sociais desenvolvidas através do objeto de declaração de interesse público	Sem informação
Existência de alternativa à deslocalização da atividade para local adequado, no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo e apresentação de estudo económico	Instalação em laboração desde 1996, sendo “inviável a sua deslocalização, uma vez que os custos inerentes seriam consideráveis...” Inexistência de “áreas disponíveis para construir/mudar a exploração”
Indicação dos custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações	Sem informação
Indicação do número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local	“Um trabalhador, com apoio de mão de obra familiar”
<b>Factores ambientais</b>	
Garantia de estabilidade do equilíbrio ecológico atualmente existente, justificando tecnicamente as soluções com estudo adequado	Existência de captação de água subterrânea com Autorização de Utilização n.º A012805.2016.RH4A. Recolha de efluentes efetuada pela Ambisicó, Lda. Recolha de cadáveres pelo Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais (SIRCA) - IFAP
Adoção de medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar	Apresenta medidas de mitigação, das quais se destaca: Instalação de caudalímetro com registo dos volumes de água extraídos Garantir uma distância de 50 metros dos animais à captação existente Limite da circulação de maquinaria fora dos acessos Materiais poluentes instalados e manuseados em locais impermeáveis Armazenamento de resíduos e subprodutos adequado Limpeza frequente do edifício Disponibilidade para melhorar a ventilação do estábulo
A implementação de métodos de valorização dos recursos naturais em presença, bem como de resíduos resultantes da atividade	Utilização do estrume produzido pelos bovinos, em sistema extensivo como fertilizante
Possuir certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social	Não
Utilização de produtos químicos em quantidades significativas	Não
Distinções nacionais e internacionais	Não
Potenciação da fixação das populações no concelho de Pombal, nomeadamente a fixação de população jovem, prevenindo o êxodo de mão-de-obra qualificada do concelho de Pombal	Em parte, nas relações indiretas que estabelece com atividades a montante
Não constituição para a autarquia de qualquer encargo com a execução de obras ou infraestruturas não previstas nas opções do plano.	“Prevêem-se unicamente obras de reabilitação das instalações, não estando previsto nenhum encargo com a execução de obras ou infraestruturas para a autarquia”

*Face aos fatores anteriormente apreciados, e considerando que se trata de uma atividade pecuária existente a legalizar, compatível com o uso do solo previsto em instrumento de gestão territorial e desconforme com servidões e restrições de utilidade pública como a Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, sugere-se a profunda ponderação da atribuição de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária em nome de José Maria Mendes.”*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária em nome de José Maria Mendes, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2017, de 5 de novembro, nos termos da informação supra transcrita.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto n.º 2.6 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 132/GJC/17, do Gabinete Jurídico e Contencioso, datada de 31/08/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal*

*Exmº Senhor Presidente,*

*Atendendo à pretensão do Município de Pombal proceder à alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal, com vista a uma melhor adequação da medida à sociedade hodierna, garantindo a concessão de benefícios que, a par dos já previstos, sustentam o reconhecimento pelo empenho e dedicação dos bombeiros, foi aprovado, por parte do órgão Câmara Municipal, o projeto de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal (cf. deliberação do órgão Câmara Municipal datada de 01 de junho de 2017), que foi submetido a consulta pública, nos termos don.º 1 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República - Aviso nº 8428/2017, de 27 de julho - e na Internet, no sítio institucional – Comunicação nº 1639 de 28 de julho), para recolha de sugestões, por escrito.*

*Sucedem que, até ao momento, não foram apresentadas quaisquer sugestões, terminando o período de consulta pública no próximo dia 11 de setembro, ou seja, em momento anterior à data designada para a realização da próxima sessão ordinária do órgão Assembleia Municipal (14 de setembro 2017), que, nos termos do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é o órgão competente para aprovar novos regulamentos, bem como a alteração de regulamentos com eficácia externa.*

*Ora, nos termos do preceituado no n.º 1 do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “a assembleia municipal reúne ordinariamente em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro (...)”, o que significa que entre cada uma das reuniões ordinárias medeia um lapso de tempo bastante alargado, que, não raras vezes, não se compadece com a melhor defesa do interesse público, que, em regra, exige, uma atuação célere e eficaz.*

*A consulta pública constitui uma garantia dos particulares cuja preterição é objeto de cominação, que se consubstancia na nulidade de todo o procedimento regulamentar, todavia, no caso em presença, aguardar pelo terminus do período de submissão a consulta pública para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*apresentação, por parte do órgão Câmara Municipal, da proposta de alteração de regulamento ao órgão Assembleia Municipal, representaria o diferimento da produção de efeitos da medida. Em face de tudo quanto se acaba de valorar e sendo legítimo o desejo do Município de Pombal de instituir, com a maior brevidade, a concessão de novos benefícios aos bombeiros voluntários, que assumem um papel crucial na prestação de socorro às populações, em casos de incêndios, cheias e demais catástrofes e que, apesar do inquestionável reconhecimento do empenho e dedicação dos mesmos por parte da comunidade, se defrontam com graves dificuldades, propõe-se que, caso V. Ex<sup>a</sup> assim o entenda, o órgão Câmara Municipal delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o projeto de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal, condicionado à não apresentação de sugestões durante o período de consulta pública.*

*A consideração superior;"*

*O projeto de alteração do regulamento é do seguinte teor:*

**"PROJETO DE ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS  
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE POMBAL**

**Preâmbulo**

*(cf. Artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo)*

*Não obstante o poder regulamentar que detêm, as autarquias locais devem desenvolver a sua atividade na estrita observância da lei e dos princípios subjacentes à atividade administrativa, que, aliás, vieram a ser densificados com o novo Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).*

*No âmbito daquele poder regulamentar, a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2017, aprovou o Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal, tendo em vista a concessão de alguns benefícios que, em alguma medida, enaltescessem e registassem o reconhecimento pela assunção de uma atividade de risco, em nome de uma tão nobre causa como é a de velar pela segurança e bem-estar das populações que servem.*

*Sucedem que, apesar do exíguo período de vigência do dispositivo regulamentar, veio a verificar-se oportuno proceder a pequenas retificações, que traduzem uma melhor adequação da medida à realidade hodierna, garantindo a concessão de benefícios que, a par, dos anteriormente previstos, sustentam o inquestionável reconhecimento pelo empenho e dedicação dos bombeiros por parte da comunidade.*

**Nota Justificativa**

*Efetuada uma ponderação dos custos e dos benefícios resultantes da alteração regulamentar, verifica-se que os benefícios decorrentes dos ajustes a operar se afiguram francamente superiores aos custos que lhe estão associados.*

*— Assim, tendo presente a já referida autonomia normativa das autarquias locais e o poder regulamentar que detêm, fundado na própria Constituição da República Portuguesa (cf. artigos 112º, n.º 7 e 241º) e nas competências previstas nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no Código do Procedimento Administrativo (cf. artigo 98.º e seguintes), foi deliberado em reunião do órgão Câmara Municipal, realizada em ..... , propor a alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal que foi*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*sujeita a consulta pública, tendo sido aprovada pelo órgão Assembleia Municipal em ....., e que se rege nos termos seguintes:*

### *Artigo 1º*

*Alterações ao Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal*

*São alterados os artigos 3º e 5º do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal, nos seguintes termos:*

### *Artigo 3º*

*(...)*

*1. (anterior corpo do artigo):*

*a). (...);*

*b). (revogado);*

*c). (...);*

*d). (...);*

*e). Acesso gratuito, mediante a atribuição de dois ingressos por cada iniciativa, de carácter desportivo e ou cultural, promovida pelo Município de Pombal, recaindo sobre o beneficiário a obrigação de comunicar a sua pretensão com a antecedência mínima de quarenta e oito horas relativamente à data da sua realização;*

*f). Acesso gratuito às piscinas municipais ao requerente e a um terceiro por aquele indicado (com inclusão da taxa de inscrição e de renovação e ainda do valor referente ao seguro anual obrigatório);*

*g). (...);*

*h). (...);*

*i). (...);*

*j). (...);*

*k). (...);*

*l). (...);*

*m). Redução, em 50%, do pagamento das tarifas, fixas e variáveis, de fornecimento público de água e tratamento de águas residuais (saneamento);*

*n). Isenção do pagamento de tarifas de averbamento de contratos de fornecimento público de água, de tratamento de águas residuais (saneamento), ou de recolha de resíduos sólidos urbanos.*

*2. O benefício a que se alude na alínea e) do número anterior será concedido apenas até ao limite de 10% da lotação da sala onde a iniciativa venha a ter lugar.*

### *Artigo 5º*

*(...)*

*(...):*

*a). Integrar o quadro ativo, o quadro de honra ou o quadro de comando;*

*b). (...);*

*c). (revogado);*

*d). (...).*

### *Artigo 2º*

*Entrada em vigor*

*As presentes alterações produzirão efeitos no 1º dia útil seguinte ao da sua publicitação em Diário da República."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o projeto de alteração de regulamento à Assembleia Municipal, nos termos das alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, condicionado à não apresentação de sugestões durante o período de consulta pública.”*

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, que apresentou os seguintes esclarecimentos:**

*“Sr. Presidente, só uma declaração prévia: primeiro, como sabem, eu sou membro da Direção da Associação Humanitária, e portanto, vou dar uma informação que se prende também com o teor desta informação que os senhores aqui têm, e que é: até ao final do período que não estava terminado quando a Câmara deliberou, não houve nenhuma proposta nem nenhuma observação ao documento que aqui estamos a apreciar. E portanto, é só uma atualização informativa. E de resto, sobre este assunto, a Sra. Vice-Presidente terá que responder.”*

**José Grilo, fez a intervenção que se segue:**

*“... aos nossos bombeiros, aos bombeiros do Concelho de Pombal, eu estou muito satisfeito porque, realmente, são muito generosos os benefícios que já lhes são atribuídos. Mas, não posso deixar passar despercebido, ou não devo passar sem referir que o bombeiro tem um período de atividade, vamos chamar-lhe profissional, que se extingue. Não sei, neste momento, quais são os limites, o tempo findo, mas deve ter o seu fim, penso que nenhum vai além dos quarenta e cinco, cinquenta anos de trabalho. Não sei; por favor, depois corrijam-me nesse aspeto. Há um conjunto de situações a que ele é obrigado, fatores externos, exógenos, com que ele convive que se vão repercutir numa idade mais tardia, e que não estão a ser aqui contemplados nestes benefícios, que eu considero benefícios sociais.*

*A proposta é oral – claro que muito mais havia a dizer, uma palavra de louvor pela abnegação, mas é discurso já feito aos nossos bombeiros, sem os quais não podíamos passar, mas estes são textos pré-formatados, que não vou aqui estar a evocar para não ser acusado de estar a plagiar. Mas, de qualquer maneira, é nossa obrigação acautelar as doenças que eles contraíram e que ficaram ??? durante o período de atividade, e que vão ter manifestação numa idade mais tardia – refiro concretamente às doenças do aparelho respiratório. Está documentado isso, serviu já de teses de doutoramento, e eu gostava que isto fosse contemplado, um seguro de saúde a acautelar nomeadamente – tal como há vantagens, enfim, das taxas moderadoras, por exemplo, para os diabéticos, ou seja, nesta patologia em particular, que ela fosse focada e que tivesse benefício quando o bombeiro eventualmente a manifestasse – Deus queira que nunca a manifeste. É uma sugestão que eu deixo, na continuação daquilo que o Sr. Presidente da Câmara agora disse que esteve à discussão, recebeu opiniões, isso realmente passou-me despercebido, peço perdão e quero apresentar esta opinião e esta sugestão aqui neste momento”*

**Manuel Rodrigues Marques, fez a intervenção que se segue:**

*“Já agora, agradeço aquilo que o Dr. Grilo referiu, e deixem-me dizer o seguinte: quando eu atingi a idade de sessenta e cinco anos, tive que sair do corpo de bombeiros. Eu estive sempre no quadro de especialistas, e saí. Agora, como eu não tenho carreira de bombeiro, eu saí, pura e simplesmente, da plataforma da Autoridade Nacional. O bombeiro que tem carreira, que fez ao longo de toda a carreira de bombeiro voluntário, depois passa para o quadro de honra quando atinge essa idade. E portanto, continua a ser bombeiro voluntário, com todos os direitos que lhe confere o facto de ser bombeiro voluntário, mas, digamos, já não está no quadro ativo.*

*De qualquer das maneiras, a questão que se põe relativamente àquilo que foi solicitado à Câmara, e que inclusivamente a própria Liga defende, é fundamentalmente para jovens. E portanto, todos estes benefícios estão apontados para os jovens bombeiros voluntários, e não já*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*para os seniores. Para os seniores há um mecanismo, que tem funcionado inclusivamente aqui em Pombal, que dá apoio aos bombeiros que já estão no quadro de honra, e que necessitam de apoio – apoio monetário, psicológico, ou seja o que for – e a Liga dos Bombeiros Portugueses tem esse mecanismo que é usado. Portanto, são coisas um pouco diferentes, e eu penso que, se calhar, é falta nossa, de não fazer este tipo de divulgação de como é que as coisas funcionam internamente para compreendermos melhor de que é que estamos a falar.”*

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“Apenas a título informativo: a alínea a) do art.º 5.º estende ao quadro de honra todos estes benefícios. E portanto, não é apenas para os jovens, é para todos. A preocupação que existiu foi não apresentar propostas que sejam redundantes face ou ao que a Lei determina, ou aquilo que são obrigações da Liga dos Bombeiros. Portanto, isto é complementar. E portanto, as matérias, creio eu, do foro clínico são tratadas dentro do sistema normal de saúde, que é aquilo que utilizará para todos. A proposta que aqui está é apenas o regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais nas matérias que estão na livre disposição do Município, não foi concebida a criação de nenhum fundo que pudesse financiar qualquer tipo de patologia clínica que persiga o bombeiro por força da sua atividade ao longo da sua vida. Isso não está aqui contemplado; o que está aqui contemplado é muito objetivo, e diz respeito exclusivamente às competências municipais que nós podemos alargar, digamos assim, dando esta possibilidade. Eu creio que isso será mais de uma opção, ou da Direção, ou de um regime especial que venha a ser estabelecido no Serviço Nacional de Saúde relativamente aos benefícios que possam ter alguns destes casos. Nós fizemo-lo, por exemplo, nas matérias que se prendem com a educação dos filhos, a garantia de uma pensão ou uma bolsa de estudo para que os filhos terminem a sua escolaridade, está aqui previsto, não estava noutra regime, os benefícios que são para o próprio, que são extensíveis ao cônjuge ou outra pessoa – o bombeiro tem direito a um passe no Pombus; se não o usar pode passar a um filho que precise dele, ou à mulher, ou ao pai. Portanto, são direitos, mas têm a ver com competências que nós desenvolvemos na Câmara, concretamente, e que são acessos a serviços que nós proporcionamos.”*

**José Manuel Marques**, fez a intervenção que se segue:

*“Sr. Presidente, relativamente aos seguros, todos os bombeiros voluntários em todos os quadros têm um seguro obrigatório, que é através da Câmara, e que é obrigatório ter-se por Legislação. Para além disso, nós, na Associação, temos um seguro de acidentes de trabalho, que também é obrigatório, mas que é nosso, e temos um seguro de responsabilidade civil que, no caso de o bombeiro cometer uma falha que prejudique um terceiro no desempenho da sua função, esse seguro é acionado.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

**Ponto n.º 2.7 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Transportes Escolares.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 133/GJC/17, do Gabinete Jurídico e Contencioso, datada de 31/08/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Projeto de alteração do Regulamento de Transportes Escolares*

*Exmº Senhor Presidente,*

*Atendendo à pretensão do Município de Pombal em proceder à alteração do Regulamento de Transportes Escolares, de modo a que o mesmo se coadune com a realidade e as exigências atuais, foi aprovado, por parte do órgão Câmara Municipal, o projeto de alteração do Regulamento de Transportes Escolares (cf. deliberação do órgão Câmara Municipal datada de 01 de junho de 2017), que foi submetido a consulta pública, nos termos don.º 1 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República - Aviso nº 8429/2017, de 27 de julho - e na Internet, no sítio institucional – Comunicação nº 1638 de 28 de julho), para recolha de sugestões, por escrito.*

*Sucedendo que, até ao momento, não foram apresentadas quaisquer sugestões, terminando o período de consulta pública no próximo dia 11 de setembro, ou seja, em momento anterior à data designada para a realização da próxima sessão ordinária do órgão Assembleia Municipal (14 de setembro 2017), que, nos termos do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é o órgão competente para aprovar novos regulamentos, bem como a alteração de regulamentos com eficácia externa.*

*Ora, nos termos do preceituado no n.º 1 do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, "a assembleia municipal reúne ordinariamente em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro (...)", o que significa que entre cada uma das reuniões ordinárias medeia um lapso de tempo bastante alargado, que, não raras vezes, não se compadece com a melhor defesa do interesse público, que, em regra, exige, uma atuação célere e eficaz.*

*A consulta pública constitui uma garantia dos particulares cuja preterição é objeto de cominação, que se consubstancia na nulidade de todo o procedimento regulamentar, todavia, no caso em presença, aguardar pelo terminus do período de submissão a consulta pública para apresentação, por parte do órgão Câmara Municipal, da proposta de alteração de regulamento ao órgão Assembleia Municipal, representaria o diferimento da produção de efeitos do mesmo.*

*Em face de tudo quanto se acaba de valorar e sendo legítimo o interesse do Município de Pombal em coadunar, com a maior brevidade, o Regulamento de Transportes Escolares com a realidade atual propõe-se que, caso V. Exª assim o entenda, o órgão Câmara Municipal delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o projeto de alteração do Regulamento de Transportes Escolares, condicionado à não apresentação de sugestões durante o período de consulta pública.*

*À consideração superior,"*

*O projeto de alteração é do seguinte teor:*

**"PROJETO DE ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Preâmbulo (cf. Artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo)*

*Não obstante o poder regulamentar que detêm, as autarquias locais devem desenvolver a sua atividade na estrita observância da lei e dos princípios subjacentes à atividade administrativa, que, aliás, vieram a ser densificados com o novo Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).*

*Considerando as competências dos municípios no âmbito da criação de um serviço de transportes escolares, entendeu o Município de Pombal que, a fim de garantir uma atuação uniforme nesta matéria, se afigurava importante a aprovação de um Regulamento de Transportes Escolares, o qual entrou em vigor em 25 de fevereiro de 2016.*

*Sucedendo que, com o decurso do tempo, verificou-se a necessidade de proceder a pequenos ajustes no texto do Regulamento, clarificando, por um lado, alguns aspetos que levantavam dúvidas a nível interpretativo, e por outro, inserindo naquele de situações cuja previsão a realidade veio a evidenciar como necessária.*

*Concomitantemente são efetuadas algumas alterações ao conteúdo do Anexos I, fruto da reorganização das áreas de influência e da proveniência de alunos e do Anexo III, conferindo-lhe uma melhor sistematização.*

*O Conselho Municipal de Pombal, enquanto instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa, que articula a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais, analisa e acompanha o funcionamento do referido sistema, e que detêm competências no que concerne à adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação, emitiu parecer favorável às alterações ora propostas.*

*Em face do que antecede, afigura-se, pois, necessário proceder à adequação do Regulamento de Transportes Escolares.*

*Nota Justificativa*

*Efetuada uma ponderação dos custos e dos benefícios resultantes da alteração regulamentar, verifica-se que os benefícios decorrentes dos ajustes a operar se afiguram francamente superiores aos custos que lhe estão associados.*

*— Assim, tendo presente a já referida autonomia normativa das autarquias locais e o poder regulamentar que detêm, fundado na própria Constituição da República Portuguesa (cf. artigos 112º, n.º 7 e 241º) e nas competências previstas na alínea g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25º e nas alíneas k) e gg) do n.º 1 do artigo 33º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no Código do Procedimento Administrativo (cf. artigo 98º e seguintes), foi deliberado em reunião do órgão Câmara Municipal, realizada em ....., propor a alteração do Regulamento de Transportes Escolares que foi sujeita a consulta pública, tendo sido aprovada pelo órgão Assembleia Municipal em ....., e que se rege nos termos seguintes:*

*Artigo 1º*

*Alterações ao Regulamento de Transportes Escolares*

*São alterados os artigos 4º, 5º, 8º, 10º e 11º ao Regulamento de Transportes Escolares, nos seguintes termos:*

*Artigo 4º*

*(.....)*

*1. (...)*

*a) (...);*

*b) (...).*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

2. (...)
- a). (...);
- b). (...);
- c). *Se verifique a necessidade de apoio logístico familiar, quando devidamente comprovado;*
- d). *Se verifique a necessidade de apoio familiar no âmbito da saúde, quando devidamente comprovado;*
- e). *Se verifique que o aluno se encontra em situação de carência económica, devidamente comprovada por parecer dos serviços de Ação Social do município.*
3. *Nos casos previstos nas alíneas c), d) e e) do número anterior, o encarregado de educação ou o aluno deverão apresentar, junto dos serviços do município, o pedido de isenção de pagamento, mediante o preenchimento do formulário, Mod1\_SE/TE- “REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR”, que constitui o Anexo III do presente regulamento até ao dia 31 de julho de cada ano, instruído com os documentos comprovativos da situação invocada.*
4. *(anterior número 3):*
- a). (...);
- b). *Frequentem estabelecimento de ensino e educação que não seja aquele que serve a respetiva área de residência e que ofereça o mesmo percurso formativo pretendido pelo aluno ou pelo encarregado de educação.*
5. *(anterior número 4).*
- Artigo 5º**
- (....)
1. (...):
- a). *Os alunos que completem 18 anos até ao final do ensino secundário;*
- b). (...).
2. (...).
3. *Quando o transporte escolar seja assegurado por transporte coletivo, o apoio consiste na comparticipação das despesas de aquisição dos títulos de transporte necessários à realização do percurso entre a residência do aluno e a escola, correspondendo ao título de transporte menos dispendioso disponibilizado pelo operador de transportes, assegurando-se a chegada do aluno ao respetivo estabelecimento de ensino com a antecedência máxima de 30 minutos.*
- Artigo 8º**
- (....)
1. *Os pedidos e renovações de pedidos de transporte escolar dos alunos de escolas da área do Município de Pombal são apresentados, anualmente, no respetivo estabelecimento de ensino e educação, no ato de matrícula, ou nos serviços do município, observando-se o disposto no artigo 10.º*
2. (...).
3. (...):
- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) (...).
4. (...).
- Artigo 10º**
- (....)
1. (...).



## MUNICÍPIO DE POMBAL

2. (...).

3. (...).

4. (...).

5. *Compete aos estabelecimentos de ensino e educação da área do concelho de Pombal comunicar aos serviços do município, no prazo de 5 dias úteis, quaisquer alterações que se verifiquem na situação do aluno e que possam interferir com a normal utilização do respetivo transporte escolar.*

6. *O não cumprimento do prazo referido no número anterior poderá implicar o pagamento, por parte do estabelecimento de ensino, do valor correspondente ao título de transporte não utilizado pelo aluno.*

7. *(anterior número 5):*

a) (...);

b) (...);

c) (...).

*Artigo 11º*

(.....)

(...):

a) (...);

b) (...);

c). *Manifistem, com frequência, comportamentos agressivos para com os colegas, motoristas e vigilantes;*

d). (...).

*Artigo 2º*

*Outras alterações ao Regulamento de Transportes Escolares*

*São ainda objeto de alteração os Anexos I e III ao Regulamento de Transportes Escolares, nos termos que se seguem:"*

*Junto à informação encontram-se os Anexo I e Anexo III, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o projeto de alteração de regulamento à Assembleia Municipal, nos termos das alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, condicionado à não apresentação de sugestões durante o período de consulta pública."*

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*"Fazer a atualização informativa correspondente, isto é, também neste projeto de alteração ao regulamento não deram entrada quaisquer contributos, está terminado o prazo. E aqui ficam, de facto, estabelecidos alguns esclarecimentos que em aplicação de norma se discutiram e se percebeu que deviam ser mais claramente apresentados, nomeadamente se um aluno, perfazendo os dezoito anos durante o ano letivo que estava a fazer, se perdia o direito ao seu passe social, por exemplo – não faz sentido nenhum, porque ele está a terminar o ano letivo, e portanto, quando terminar o ano letivo terá o respetivo passe social. E até acontece – e está aqui explicado também – se o aluno reprovou e tiver dezoito anos, e quiser continuar na escola e não tiver condição económica, continua a beneficiar da mesma prestação social para poder terminar o décimo segundo ano. E depois, temos aqui alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre as áreas de influência e proveniência dos alunos, num trabalho muito dedicado e muito pormenorizado*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*relativamente às áreas de influência de cada um dos Agrupamentos, para ser mais claro o critério de apoio que está estabelecido, e ser para os próprios pais bastante mais acessível.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto n.º 2.8 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Horários e Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º 134/GJC/17, do Gabinete Jurídico e Contencioso, datada de 31/08/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Projeto de alteração do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços*

*Exmº Senhor Presidente,*

*Atendendo à pretensão do Município de Pombal em proceder à alteração do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, tendo em vista a otimização do procedimento associado aos pedidos de alargamento de horário, sem que do mesmo decorra um acréscimo de custos para o erário municipal, foi aprovado, por parte do órgão Câmara Municipal, o projeto de alteração do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços (cf. deliberação do órgão Câmara Municipal datada de 01 de junho de 2017), que foi submetido a consulta pública, nos termos don.º 1 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República - Aviso nº 8427/2017, de 27 de julho - e na Internet, no sítio institucional – Comunicação nº 1637 de 28 de julho), para recolha de sugestões, por escrito.*

*Sucedo que, até ao momento, não foram apresentadas quaisquer sugestões, terminando o período de consulta pública no próximo dia 11 de setembro, ou seja, em momento anterior à data designada para a realização da próxima sessão ordinária do órgão Assembleia Municipal (14 de setembro 2017), que, nos termos do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é o órgão competente para aprovar novos regulamentos, bem como a alteração de regulamentos com eficácia externa.*

*Ora, nos termos do preceituado no n.º 1 do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “a assembleia municipal reúne ordinariamente em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro (...)”, o que significa que entre cada uma das reuniões ordinárias medeia um lapso de tempo bastante alargado, que, não raras vezes, não se compadece com a melhor defesa do interesse público, que, em regra, exige, uma atuação célere e eficaz.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*A consulta pública constitui uma garantia dos particulares cuja preterição é objeto de cominação, que se consubstancia na nulidade de todo o procedimento regulamentar, todavia, no caso em presença, aguardar pelo terminus do período de submissão a consulta pública para apresentação, por parte do órgão Câmara Municipal, da proposta de alteração de regulamento ao órgão Assembleia Municipal, representaria o diferimento da produção de efeitos do mesmo.*

*Em face de tudo quanto se acaba de valorar e sendo legítimo o interesse do Município de Pombal em, com a maior brevidade, proceder à alteração ao Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, tendo em vista a otimização do procedimento associado aos pedidos de alargamento de horário, propõe-se que, caso V. Ex<sup>a</sup> assim o entenda, o órgão Câmara Municipal delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o projeto de alteração do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, condicionado à não apresentação de sugestões durante o período de consulta pública.*

*À consideração superior,"*

*O projeto de alteração é do seguinte teor:*

**"PROJETO DE ALTERAÇÃO DO  
REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS  
COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Preâmbulo**

*cf. Artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo)*

*Não obstante o poder regulamentar que detêm, as autarquias locais devem desenvolver a sua atividade na estrita observância da lei e dos princípios subjacentes à atividade administrativa, que, aliás, vieram a ser densificados com o novo Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).*

*No âmbito daquele poder regulamentar, a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2015, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com as alterações operadas pelo Decreto Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, aprovou o Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, que, entre o mais, prevê a faculdade do requerente apresentar pedidos de alargamento de horário de funcionamento, desde que observados os requisitos aí enunciados, designadamente a salvaguarda da segurança, tranquilidade e repouso dos cidadãos residentes, a aferir através da emissão de parecer por parte das autoridades policiais.*

*Em 11 de janeiro do corrente ano, foi publicada a Portaria n.º 19/2017 que regula os valores devidos à Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública pela prestação de serviços e de atividades especialmente desenvolvidas em benefício das entidades requeritantes, públicas ou privadas, nomeadamente emissão de pareceres.*

*Ora, considerando que o alargamento de horário de funcionamento é uma faculdade que beneficia essencialmente o estabelecimento comercial e de prestação de serviços, entendeu o Município, como adequado e proporcional, que os custos inerentes à emissão do parecer por parte das autoridades policiais seja suportado pelo requerente.*

**Nota Justificativa**

*Efetuada uma ponderação dos custos e dos benefícios resultantes da alteração regulamentar, verifica-se a existência de uma otimização do procedimento administrativo associado aos pedidos de alargamento de horário, conferindo uma maior celeridade no respetivo tratamento, que não*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*acarretará acréscimo de custos, pelo que os benefícios decorrentes dos ajustes a operar se afiguram incontestáveis.*

*— Assim, tendo presente a já referida autonomia normativa das autarquias locais e o poder regulamentar que detêm, fundado na própria Constituição da República Portuguesa (cf. artigos 112.º, n.º 7 e 241.º) e nas competências previstas na alínea g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no Código do Procedimento Administrativo (cf. artigo 98.º e seguintes), foi deliberado em reunião do órgão Câmara Municipal, realizada em ....., propor a alteração do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços que foi sujeita a consulta pública, tendo sido aprovada pelo órgão Assembleia Municipal em ....., e que se rege nos termos seguintes:*

### *Artigo 1.º*

*Alterações ao Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços*

*São alterados os artigos 5.º e 7.º ao Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, nos seguintes termos:*

### *Artigo 5.º*

*(.....)*

*1. (.....)*

*2. (.....)*

*a). (.....);*

*b). (.....);*

*c). (.....).*

*3. Averificação do preenchimento do requisito a que se alude na alínea b) do número anterior, será efetuada através de parecer emitido pela autoridade policial da respetiva área de jurisdição territorial.*

### *Artigo 7.º*

*(.....)*

*1. (.....)*

*2. (.....)*

*3. Apresentação de pedido de alteração de alargamento de horário de funcionamento, nos termos dos números anteriores, deverá ser instruída com o parecer a que se alude no n.º 3 do artigo 5.º, a expensas do requerente.*

*4. (anterior número 3)*

### *Artigo 2.º*

*Entrada em vigor*

*As presentes alterações produzirão efeitos no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicitação em Diário da República."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o projeto de alteração de regulamento à Assembleia Municipal, nos termos das alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, condicionado à não apresentação de sugestões durante o período de consulta pública."*

**Michäel António**, fez a intervenção que se segue:

*"É assim, dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara, se bem que do que eu percebi da proposta, é por força da publicação da portaria em 2017 que vem finalmente regulamentar os valores que a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*GNR e a PSP podem cobrar pela emissão de pareceres, fazer repercutir este valor nos pedidos de alargamento de horário. Certo? É isso. Ok, obrigado.”*

**O Presidente da Câmara Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“É o que está no preâmbulo, precisamente.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto n.º 2.9 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara para desafetação de domínio público municipal para o domínio privado de loteamento na Zona Industrial da Guia***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente, pela Senhora Vice-Presidente, de proceder ao despacho insito na informação n.º 3 do requerimento n.º 2800/17, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 07/09/2017, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DA GUIA*

*Desafetação do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal*

*Ex.mo. Sr. Presidente,*

*No seguimento da deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião realizada em 10 de agosto de 2017, foi aberto um período de consulta pública de 15 dias, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, aprovado pelo Decreto Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 54.º do RMUE, para efeitos de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 5.047m<sup>2</sup>, correspondente a 2.943m<sup>2</sup> de vias (rodovia e passeio) e 2.104m<sup>2</sup> integrada em espaços verdes e de utilização coletiva, tendo por finalidade a constituição de 2 novos lotes adjacentes aos lotes 1 e 14, permitindo assim a sua expansão.*

*A consulta pública teve início a 16 de agosto e fim a 6 de setembro de 2017, não tendo sido apresentada qualquer participação.*

*Face ao exposto, sugere-se a V. Ex.a que submeta a presente desafetação de domínio público municipal para o domínio privado municipal de uma área de terreno sito no loteamento da Zona Industrial da Guia, processo n.º 10/04, à Câmara Municipal, para efeitos de:*

*- Remissão à Assembleia Municipal para, com base no disposto na alínea q), do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, deliberar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município, de uma área de terreno de 5.047m<sup>2</sup>.*

*Por fim, e nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão actual, na sua versão actual, uma vez que se aproxima a data da próxima sessão da Assembleia Municipal de Setembro e se trata de um assunto urgente, dada a importância que a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*mesma reveste para o desenvolvimento económico do município, propõe-se que V.Exa, caso assim o entenda, aprove a presente informação e a remeta à Reunião de Câmara de 7 de setembro para ratificação para que assim, este assunto ainda possa integrar a ordem de trabalhos da assembleia municipal de setembro.*

*À consideração superior*

*Município de Pombal, 7/9/2017"*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente, supra transcrito. "*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto n.º 2.10 Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que, pelo facto dos pedidos de apoios serem simples e explícitos, não carecem de mais explicações:

#### ***Lista dos Apoios:***

***- Junta de Freguesia de Carnide: Apoio destinado a minimizar as despesas com os melhoramentos na habitação social na Travessa do Alambique - (24.900,00 €).***

***- União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze: Apoio destinado a minimizar despesas com os trabalhos de manutenção da biblioteca do Centro Escolar de Santiago (Casa da Cultura) – (31.407,74 € + IVA)***

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto n.º 2.11 Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento***

***- União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze: Apoio destinado a minimizar despesas com a realização de obras na rede de esgotos domésticos na Rua da Pontinha – (5.876,56 €).***

***- Junta de Freguesia de Vila Cã: Apoio destinado a minimizar despesas com a requalificação do recinto da Capela da Fontinha – (1.169,73 €).***



## MUNICÍPIO DE POMBAL

- **Junta de Freguesia de Carnide:** Apoio destinado a minimizar despesas com a realização de trabalhos diversos na freguesia – (21.644,36 €).
- **Junta de Freguesia de Carnide:** Apoio destinado a minimizar despesas com a construção de muro de suporte de terras – (14.279,00 € + IVA).
- **União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca:** Apoio destinado a minimizar despesas com trabalhos de reparação de diversas ruas da União – (7.714,50 € + IVA).
- **União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze:** Apoio destinado a minimizar despesas com a construção de muros no caminho municipal que liga Assamaça – Sourão – Gavária – Serra de Bonha – (5.700,00 € + IVA).

### **O Plenário tomou conhecimento da Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia.**

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido uma inscrição do público para intervir, tendo dado a palavra ao munícipe Sr. Joaquim Manuel Nunes Mateus.

O **Senhor Joaquim Mateus**, fez a intervenção que se segue:

*“Ora, então boa noite. Como já foi anunciado, sou Joaquim Mateus, moro nas Claras. Agradeço a presença do Presidente da Assembleia e dos seus membros, os Vereadores, o Presidente da Câmara, todos os deputados e o público.*

*Mais uma vez, há um ano e meio que tive aqui uma conversa, quase no mesmo lugar, sobre o Centro de Saúde do Carriço, onde o Sr. Presidente garantiu aqui nesta câmara que o Centro de Saúde do Carriço só havia de fechar ou encostar as portas se houvesse condições na Guia, onde hoje vê-se que a obra já foi entregue, ou o parque automóvel foi inaugurado juntamente com a obra, não sei como é que foi aquilo, sei que o Centro de Saúde fechou as portas, com uma promessa do Sr. Presidente, que já há um tempo que andava também a dizer que estava todo empenhado para o Centro de Saúde não fechar. O Sr. Presidente da Junta do Louriçal agora falou aqui que estava indignado porque o Sr. Alberto Gameiro veio falar sobre um médico lá no Louriçal, mas não veio falar do Sr. Deputado na Assembleia Municipal, Pedro Pimpão, de dar uma entrevista, em outubro de 2016, que o Sr. Alberto Jorge, que era o Sr. Ministro da Saúde, garantiu a ele que o Centro da Fontinha não era para fechar – está aí o Sr. Pedro Pimpão, que pode responder, que esteve lá na Assembleia, por acaso vi-o lá também. Obviamente, era a minha pergunta ao Sr. Presidente, qual é que foi o critério de fecharem uma Extensão daquela natureza, quatro mil pessoas, idosos que vão à Guia numa segunda-feira pedir uma receita só para irem buscar na sexta-feira, idosos com noventa e três anos que vão à Guia marcar uma consulta para oito dias. Expliquem-me, o Executivo e o Sr. Presidente da Câmara, quais é que foram as condições e os critérios de aquilo ter condições para isto.*

*Mas, o Sr. Presidente parece que anda preocupado, se calhar com a força política – antigamente era só com o PS, agora é com independentes e tudo, não sei por quê, não sei por que é que o senhor anda tão incomodado. As pessoas, acho que são livres, como o Sr. Presidente diz, que vão para os Partidos que querem, porque desde que paguem as quotas, podem andar lá onde andarem.*

*O Sr. Presidente da Câmara também disse aí tanta vez: “Este Executivo fez isto”, “este Executivo fez aquilo”, então e aquilo que não fez, Sr. Presidente? Não sabe responder a esta Câmara? O Sr. Presidente, quando começou o seu mandato, prometeu e garantiu aos cidadãos do Carriço o saneamento, a Casa da Mata do Urso, que se gastou centenas de euros dos Pombalenses, os Pombalenses já pagaram lá aquilo tudo, para estar fechado aos ratos. E também, Sr. Presidente,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*quero agradecer-lhe o lar que lá abriu, mas também está a matar os idosos de ir para a Guia. Também foi uma obra boa, mas foi um departamento mau. E também quando vou ao Osso da Baleia vejo lá muitas caravanas a ir para o nosso parque de campismo, está lá uma obra essencial, que o senhor garantiu também no seu mandato. No seu mandato fez tudo, mas na realidade onde é que está? Só se for para daqui a quatro anos, mas nós não podemos prever isso, porque não se sabe se o senhor está cá.*

*Mais coisas que eu podia dizer ao Sr. Presidente, porque o Sr. Presidente também me enganou há um ano e meio, quando me garantiu aqui nesta câmara e a cinquenta e sete pessoas que eu trouxe aqui à Câmara Municipal, garantiu aos cidadãos – e eles estão dispostos a ir até se for à União Europeia, porque quando foi o protocolo de 2008 e 2010, que o senhor já devia estar aqui a andar por Pombal e aqui na Câmara, a União Europeia deu financiamento para abrir as Unidades de Saúde na Guia e em Lavos, mas está lá um protocolo, não sei se é agora, ou não, mas está lá no protocolo para não fechar Centros de Saúde que sejam credíveis, é verdade. Agora, o Centro de Saúde do Carriço, com a maioria dos três mil e tal utentes, idosos, com noventas, e oitentas, e setentas, não sei como é que os senhores arranjam uma carrinha, que se calhar se houver um cidadão nos Alhais e outro em Litém, não sei como é que vai buscar os dois idosos ao mesmo tempo para estarem às nove horas na Guia. Era isso que eu queria. Obrigado.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para que prestasse os esclarecimentos que entendesse.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, fez a intervenção que se segue:

*“Muito obrigado.*

*Deixe-me começar por dizer, Sr. Joaquim Mateus, que o senhor não precisa de estar três meses à espera de fazer perguntas ao Presidente da Câmara; estas reuniões são para fazer perguntas à Assembleia Municipal que aqui está reunida. Sempre que o senhor quiser interpelar a Câmara diretamente, de quinze em quinze dias nós temos uma reunião ordinária, e portanto, pode vir fazê-lo aqui diretamente, porque não é preciso fazê-lo na Assembleia Municipal. Se quiser utilizar esta oportunidade, eu acho que deve dirigir as suas perguntas ao órgão que está reunido, e o órgão que está reunido não é a Câmara com a Assembleia; o órgão que está reunido é a Assembleia Municipal, que a Câmara aqui está representada para responder à Assembleia Municipal. E portanto, a pergunta que me fez, eu vou responder-lhe, mas deixe-me fazer-lhe aqui esta pedagogia funcional, que é: este órgão que está aqui a funcionar é a Assembleia Municipal, e portanto, as perguntas que devem ser feitas, devem ser feitas à Assembleia Municipal. Por isso é que o senhor só pode falar no fim, porque é o Regimento da Assembleia Municipal, não é o Regimento da Câmara Municipal. São dois órgãos distintos, e portanto, quero que fique esclarecido relativamente a esta situação.*

*Eu não sei quais foram as promessas que o Sr. Ministro fez aos militantes do Partido Socialista, eu não lhe sei dizer isso, porque eu fui lendo várias publicações que foram sendo feitas pelo Partido Socialista sobre a Extensão de Saúde do Carriço, e tenho aqui uma do dia 12 de julho de 2016, não sei se é desta que o senhor quer falar concretamente, em que diz assim: “Comunicado do Partido Socialista” – está aqui, porque eu acho que o senhor confunde um bocadinho as questões do Partido com as questões institucionais – aliás, a Assembleia começou com esta clarificação, porque, de facto, há pessoas que acham, porque são simpatizantes ou militantes do*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Partido que governa o país, que tem essa responsabilidade, que passam a ter um papel diferente na sociedade. É exatamente o mesmo. E o mal é quando existem portas especiais abertas para se poderem ter soluções que, às vezes, são feitas um bocadinho à medida. Eu acho que o senhor deve dirigir a sua maior indignação aos responsáveis que não corresponderam àquilo que lhe disseram a si e às pessoas, porque não foi o Presidente da Câmara de Pombal que mandou encerrar nenhuma Extensão; as Extensões de Saúde são geridas pela ARS do Centro, tem o ACES como entidade responsável e cumprem uma política nacional, aprovada pelo Parlamento e executada pelo Governo. E portanto, estas são as regras. E portanto, deixe-me dizer-lhe aquilo que aqui está escrito relativamente a esta situação: “Após dois anos de múltiplos esforços...”, diz o Partido Socialista, “... pela contratação de um médico de família para a Extensão de Saúde do Carriço, ouvimos ontem, após uma sessão de esclarecimento e reunião com o Sr. Ministro da Saúde, Alberto Campos Ferreira, a confirmação positiva para a contratação de um novo médico para aquela Extensão, que será integrado a curto prazo.” É o que está dito aqui no comunicado do Partido Socialista, que foi tornado público. E depois, tem outra coisa sobre a equipa de tratamento do Centro de Respostas Integradas de Leiria. E depois, no final, diz assim: “É com enorme prazer que o PS – Concelhia de Pombal apresenta estas duas importantes contratações, após intensas demonstrações de indignação aos responsáveis por esta área. A luta foi dura, as respostas duras de ouvir, mas temos agora consciência de que valeu a pena e muito podemos ainda fazer pelos cidadãos do nosso concelho. Felicitamos, por isso, a Extensão de Saúde do Carriço, a equipa de tratamento de Pombal, e em especial todos os utentes destas unidades.” Quem fez isto foi exatamente a mesma pessoa que lhe encerrou a Extensão da Fontinha, do Carriço, da Mata Mourisca e abriu a Extensão de Saúde. O senhor pode dizer assim: “Isto não devia ter acontecido, devia ter sido de uma maneira completamente diferente”, eu também acho que devia – eu também acho que devia – porque no dia 1 de outubro de 2015, também houve aqui, na altura, um responsável político importante do concelho, Dr. Adelino Mendes, que escreveu no seu Facebook pessoal: “Por razões que a própria razão desconhece, a médica do Centro de Saúde da Mata Mourisca está a dar as consultas na Guia. Por que motivo têm de se deslocar os doentes e não a médica e a enfermeira? Chega de criar dificuldades aos cidadãos. Com o PS, o Centro de Saúde da Mata Mourisca voltará a ter médico de família.” O que é que aconteceu? Com o PS, o Centro de Saúde da Mata Mourisca continua fechado, encerrou-se a Fontinha e encerrou-se o Carriço.*

*Portanto, nós aqui temos que perceber que, de facto, sem prejuízo daquilo que possa ser a nossa preocupação enquanto cidadãos, e da proximidade que temos aos cidadãos, que há decisões que não são só municipais. Eu percebo a sua indignação porque, de facto, não é fácil tomar estas decisões, quem tem que as tomar. Agora, não pode é atribuir ao Município responsabilidades de matérias que lhe são absolutamente estranhas, porque estas decisões são tomadas por quem tem poderes para o fazer. E como sabe, o Presidente da Câmara de Pombal, a Câmara Municipal de Pombal, as Juntas de Freguesia, não contratam médicos, não abrem estabelecimentos de saúde, não aprovam Unidades de Saúde Familiar, não contratam administrativos; essas são matérias que são exclusivamente da responsabilidade do Governo. E portanto, acho que tem aí uma grande confusão. Aquilo que nós quisemos fazer foi – e respondendo à sua pergunta sobre o que é que vai fazer se tiver um nos Alhais para ser transportado, e outro no Grou; vão fazer à mesma transporte às nove horas? Não, porque como sabe, o protocolo que foi assinado, que é totalmente suportado pelo Município para facilitar aos cidadãos a proximidade das suas casas à Unidade de Saúde Familiar tem um protocolo com o Carriço e um protocolo com a Guia, Ilha e Mata Mourisca, o que significa que, se for preciso, haverá dois carros para poder fazer esses*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*transportes, um respeitante a cada uma das freguesias. Foi a forma que nós encontramos, e que aqui foi aprovada na Assembleia Municipal também, para minimizarmos os problemas aos cidadãos.*

*Deixe-me aqui também esclarecer-lhe que não abriu nenhum lar ainda no Carriço, estamos a trabalhar, está o Centro Social do Carriço a construir o lar, o lar ainda não abriu. Portanto, não tire nenhuma conclusão precipitada, antes já estivesse aberto e já estivesse totalmente ocupado.*

*Quanto ao saneamento do Carriço, deixe-me dizer-lhe que ao contrário também – e portanto, aproveito esta oportunidade para o esclarecer que foi feito o projeto, foi aprovado o projeto, foi prevista em Orçamento a dotação orçamental necessária para lançar a obra, abriu-se o concurso, escolheu-se o empreiteiro, já se adjudicou, ainda não há visto do Tribunal de Contas, e portanto, mal chegue o visto, pode começar-se a trabalhar, porque faremos imediatamente a seguir a consignação da obra. Portanto, esse trabalho que estava num nível de desenvolvimento curto, já está todo a andar. Foi aqui também discutido qual era o encaminhamento que se devia dar àquelas águas residuais; a decisão, se o Presidente da Câmara que vier a seguir a quiser mudar, que a mude e que explique à Assembleia por que é que vai gastar não sei quantos milhões de euros, se for essa a opção das pessoas, ficamos todos esclarecidos sobre os critérios que cada um utiliza, mas é assim que as coisas devem ser. E portanto, foi um assunto discutido com a maior frontalidade, com técnicos a darem os seus pareceres, a responderem pela sua competência, informando a Assembleia no estudo que lhes foi solicitado, e portanto, sobre esta questão da saúde, fique tranquilo relativamente a isto.*

*Sobre aquilo que para si possa constituir alguma indignação sobre coisas que nós gostaríamos de fazer e não conseguimos fazer: sabe, a vida não é apenas aquilo que nós conseguimos fazer; é também a luta que nós fazemos para atingir essas coisas. Eu creio que há imensa gente que morre e que gostava de ter feito muito mais coisas na vida. E nós vivemos sempre com essa ambição, com esse trabalho, com essa vontade, e deixe-me dizer-lhe que eu vivo muito tranquilo, porque apresentámos um conjunto de propostas que foram executadas a mais de oitenta por cento (80%), e termino estas funções como Presidente de Câmara com um sentimento de dever cumprido, com muita tranquilidade, com muita satisfação, deixando o Município de Pombal muito melhor do que estava quando cá entrei.*

*Muito obrigado.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra e fez a seguinte intervenção:

*“Ora, senhores e caríssimos amigos, deputados e deputadas, permitam-me que antes de encerrarmos esta sessão, e passados estes quatro anos, por imperativo de consciência, e no âmbito da responsabilidade de Presidente desta Assembleia, e perante o Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, me penitencie perante vós pelas pequenas falhas que cometi nestes quatro anos. Quero com isto dizer que também tive aqui ao meu lado o meu Primeiro Secretário, Carlos Silva, e à Dr.<sup>a</sup> Paula Silva (que não está cá), em especial o Sr. Carlos Silva, que pela sua experiência, pela sua competência e pelo seu espírito de missão, assim como também a competência, experiência e dedicação da Dr.<sup>a</sup> Virgínia Moderno, e também da Clara, eu tive o meu trabalho muito facilitado nesta grande missão de ser Presidente também da Assembleia Municipal, e que também passou a fazer parte integrante do meu currículo político. Quero dizer-vos que o Sr. Carlos Silva, que conheço de longa data, tem espírito de missão por estar aqui colocado há muitos anos, e que dinamiza uma associação de pesca e de caça na Freguesia da Guia, e que também é graças a ele que funciona, e muito bem, a Associação de Produtores*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Florestais. Portanto, rendo aqui a minha homenagem a todos vós, mas em particular aqui ao meu Primeiro Secretário, à Paula Silva, mas também à Virgínia, e também à Clara, e a todos aqueles que, efetivamente, tiveram paciência e que olharam para as pequenas falhas com uma certa flexibilidade, porque não há ninguém que não falhe. Só não falha quem nada faz, quem nada diz, e nós vivemos numa sociedade assim. E para estas pessoas, rendo a minha homenagem, mas também o meu aplauso muito sincero e um abraço de coração. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram vinte horas e dez minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: